

ALAVOURA

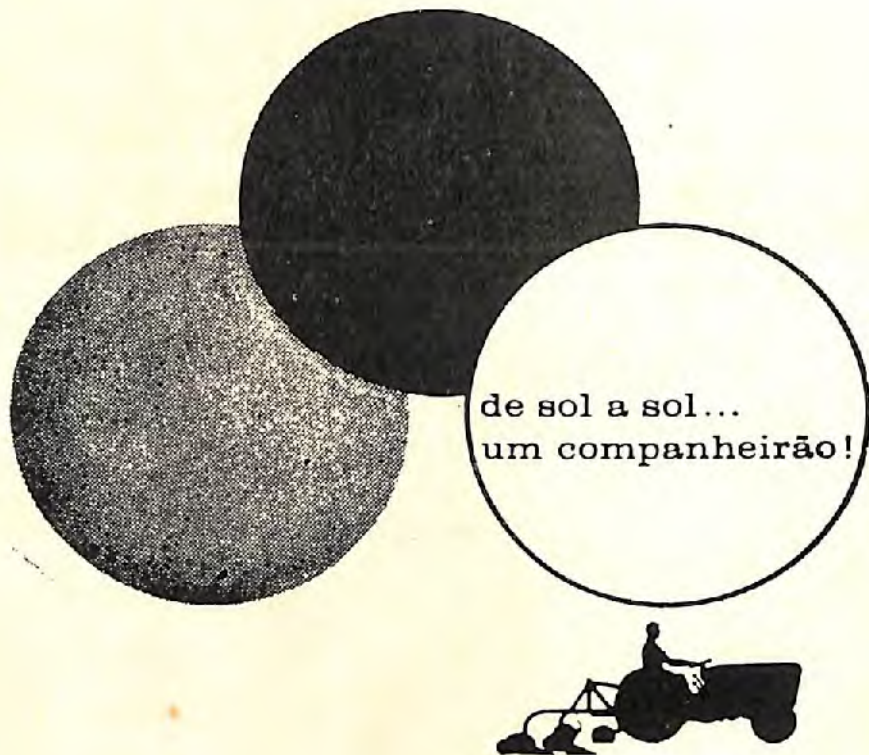
FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS
CLASSE RURAIS DO ESTADO DA GUANABARA





Informa :



É o Massey-Ferguson, MF-50. O mais aperfeiçoado: faz o serviço de um trator pesado com a economia de um trator leve! Arar e gradear, semear, irrigar, cultivar, colher, transportar — faz tudo o MF-50. Consumo mínimo de combustível: equipado com motor Diesel Perkins de 39,5 HP, de fabricação nacional

Importante: O Banco do Brasil financia a aquisição do MF-50

Também temos a linha completa de implementos e máquinas agrícolas.

E mais: brevemente estoque de peças genuínas, para Tratores Massey-Harris, Ferguson e MF-50.

THELA COMERCIAL S/A

Mayrink Veiga, 31-Loja — — Fone: 23-2588

Rio de Janeiro — Guanabara

A LAVOURA

ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAIS DO ESTADO DA GUANABARA

FUNDADA EM 1897

ANO LXV

NOVEMBRO-DEZEMBRO, 1962

Presidente da Sociedade
Eng. Agrônomo — LUIZ SIMÕES LOPES

Diretor Responsável e Redator-
Secretário
LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Técnico
Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD

Redator Técnico
Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Chefe de Publicidade
CARLOS ALBERTO SOARES

Redação e Administração:

GENERAL JUSTO 171
Telefone: 42-2981
Caixa Postal: 1245
RIO DE JANEIRO

Representante em S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA XAVIER DE TOLEDO, 70
8.º and. S/810 — Tel.: 33-1432
End. Tel.: "LINEFE" C. P. 7257
— SÃO PAULO —

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados



O novo trator Massey-Ferguson MF-50, agora fabricado no Brasil, apresenta o mais avançado desenho para um trator agrícola, aliado às revolucionárias características do notável motor Diesel Perkins.

Sendo também o único trator nacional dotado com sistema Ferguson, o MF-50 permite: engate em três pontos, controle operacional hidráulico, maior tração sem excesso de peso e estabilidade inigualável.

SUMÁRIO

Associativismo Rural	3
Visita a Sociedade Nacional de Agricultura o Ministro Costa Lima	4
Reminiscências: Horto Frutícola da Guanabara — Luiz Marques Poliano	5
Associativismo	6
Holanda — Pagamento do leite na base de sua qualidade	8
Avicultura	12
Origens do Cooperativismo Escolar — Helly Sylvia R. de Souza	14
Curso de Informação em Extensão Rural	16
Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" — Festa de Formatura	20
Prof. Arthur Torres Filho	21
Perspectivas da Exploração Lagosteira no Rio Grande do Norte — Melquiades Pinto Paiva	26
Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" (Organiza-se a sua biblioteca)	29
Consultas — Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira	28
Climatologia das Salinas do Nordeste — Adalberto Serra	30
Superintendência de Política Agrária	34
A Classe Rural — Temas e Sugestões — Arruda Câmara	36
Fundo Federal Agro Pecuário	39
Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola	42
Associativismo e Cooperativismo	45

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo
Presidente Benemérito

— Dr. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA
— Dr. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente	— LUIZ SIMÕES LOPES
1.º Vice-Presidente	— EDGARD TEIXEIRA LEITE
2.º Vice-Presidente	— KURT REPSOLD
3.º Vice-Presidente	—
1.º Secretário	— FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	— ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	— JOSE ARISTOEULO DE CASTRO FILGUEIRAS
4.º Secretário	— GERALDO GOULART DA SILVEIRA
1.º Tesoureiro	— RAFAEL XAVIER
2.º Tesoureiro	— OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	— LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRE
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
ENNIO LUIZ LEITAO

FLAVIO DA COSTA BRITTO
OSMAR LOPES REZENDE
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
JÚLIO CÉSAR COVELLO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRA

OCUPANTE

1 — ENNES DE SOUZA	—	Alberto Ravache
2 — MOURA BRASIL	—	Geraldo Goulart da Silveira
3 — CAMPOS DA PAZ	—	Kurt Repsold
4 — BARÃO DE CAPANEMA	—	Luiz Marques Poliano
5 — ANTONIO FIALHO	—	
6 — WENCESLAU BELLO	—	
7 — SYLVIO RANGEL	—	Ennio Luiz Leitão
8 — PACHECO LEAO	—	Frederico Murtinho Braga
9 — LAURO MULLER	—	Vanderlino F. Bougas
10 — MIGUEL CALMON	—	Heitor Grillo
11 — LYRA CASTRO	—	Joaquim Bertino de M. Carvalho
12 — AUGUSTO RAMOS	—	Edgard Teixeira Leite
13 — SIMÕES LOPES	—	Luiz Simões Lopes
14 — EDUARDO COTRIM	—	Jayne Bernardes Cotrim
15 — PEDRO OZÓRIO	—	Paulo Simões Lopes
16 — TRAJANO MEDEIROS	—	Luiz Guimarães Junior
17 — PAULINO CAVALCANTI	—	Isis Minberg
18 — FERNANDO COSTA	—	Júlio César Covello
19 — SÉRGIO DE CARVALHO	—	Oswaldo Balarin
20 — GUSTAVO DUTRA	—	Ignácio Tosta Filho
21 — JOSÉ TRINDADE	—	José Augusto B. de Medeiros
22 — IGNÁCIO TOSTA	—	Fábio Luiz Filho
23 — JOSÉ SATURNINO	—	Mário Furtado de F. e Silva
24 — JOSÉ BONIFÁCIO	—	
25 — LUIZ DE QUEIROZ	—	Francisco de Assis Iglésias
26 — CARLOS MOREIRA	—	Alfredo L. de Ferreira Chaves
27 — ALBERTO SAMPAIO	—	Honório Monteiro Filho
28 — NAVARRO DE ANDRADE	—	José Carlos de Macedo Soares
29 — ALBERTO TORRES	—	Rômulo Cavina
30 — SA FORTES	—	Otto Frensel
31 — THEODORO PECKOLT	—	Rômulo Javiano
32 — RICARDO DE CARVALHO	—	Oswaldo Lazzarini Peckolt
33 — BARBOSA RODRIGUES	—	José Sampaio Fernandes
34 — GONZAGA CAMPOS	—	Sylvio Fróes de Abreu
35 — AMÉRICO BRAGA	—	José Assis Ribeiro
36 — EPAMINONDAS DE SOUZA	—	Moscyr Alves de Souza
37 — MELLO LEITAO	—	José Carlos Bello Lisboa
38 — ARISTIDES CAIRE	—	Milton Freitas de Souza
39 — VITAL BRASIL	—	
40 — GETÚLIO VARGAS	—	Adamastor Lima

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes órgãos:
Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache;
Suplente, Luiz Marques Poliano; Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil — Dr. Altino de Azevedo Sodré; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; Conselho Nacional de Aplicação dos Empréstimos Rurais — Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; Conselho Interamericano de Comércio e Produção — Dr. Edgard Teixeira Leite; Comissão Consultiva de Acordos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; Comissão de Política Agrária (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes, Suplente: Alberto Ravache; Conselho do Mérito Agrícola — Luiz Simões Lopes, Suplente; Ben Hur Raposo; Conselho Regional do S.S.R. da Guanabara — Abel de Almeida; Conselho Superior de Recursos Fiscais do Estado da Guanabara — Juvenal da Silva Azevedo.

Associativismo Rural

Nasceu o Associativismo Rural, na República, na cidade do Rio de Janeiro, atual Estado da Guanabara, em 1897 quando um ilustre Engenheiro patricio cheio de entusiasmo pela agricultura, verificando o desamparo em que a mesma caíra após a proclamação da República, unido a um grupo de idealistas, fundou a Sociedade Nacional de Agricultura.

Houve uma preparação memorada para o advento dessa antiga e respeitada entidade de classe: O Dr. Ennes de Souza, juntando esforços aos do Marechal Baurepaire Rohan, com seus "Comícios Agrícolas" na zona rural guanabarenses, e no Estado do Rio, reunia lavradores, realizava exposições agrícolas despertando nêles o espirito de união que, em 16 de janeiro, se coroaria com a instalação solene da SNA no salão nobre da Escola Politécnica.

Em 1901, com a realização do 1.º Congresso Nacional de Agricultura, ficou deliberado que a Sociedade pugnária junto ao Congresso Nacional por três diplomas, visando: o restabelecimento do Ministério da Agricultura; o Cooperativismo e a Sindicalização Agrícola.

A lei dos Sindicatos Agrícolas surgiu em 1903; a do Cooperativismo em 1907, bem como a que restabelecia o Ministério da Agricultura.

A Classe Rural, contudo não se achava ainda preparada, apesar dos muitos Sindicatos e Sociedades então fundadas e a sua reunião em torno desses tipos de associação, além de lenta, era pouco consistente. Contudo, o Sindicato Central dos Agricultores do Brasil chegou a ser instalado na sede da Sociedade Nacional de Agricultura.

Inácio Tosta, Cristiano Cruz, Wenceslão Bello, João Batista de Castro, e mais recentemente Miguel Calmon, Ildefonso Simões Lopes e Arthur Torres Filho, para só citar alguns, comandaram essa longa e árdua campanha com tenacidade e patriotismo.

A 7 de dezembro de 1928, após penoso trabalho preparatório em todo o Brasil, fundava a Sociedade na então Capital da República a Confederação Rural Brasileira que, por falta de raízes nos municípios e nos Estados não alcançou os objetivos dos seus idealizadores.

Entendeu então o corpo dirigente da SNA, verificando que não seria possível a organização da classe por meio de Sindicatos do tipo trabalhista e que uma lei específica deveria ser promulgada, para, em torno dela alcançar-se o objetivo da união nacional da classe.

E foi assim que, por iniciativa da SNA, surgiu em 1945 o Decreto Lei 8.127, de 24 de outubro, que estabeleceu a organização da classe hoje representada por cerca de 2.000 associações municipais, 22 federações nos Estados, tendo por cúpula a Confederação Rural Brasileira.

É este sem dúvida um dos maiores serviços prestados pela SNA ao Brasil.

Este pequeno registro de fatos que já vão longe visa a tornar mais conhecida uma atuação que alguns ainda infelizmente ignoram.

VISITA A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA O MINISTRO COSTA LIMA

dos Unidos, nas quais há utilização de fertilizantes químicos como único meio de correção do solo levou tais regiões a uma situação de quase deserto, em contraste com outras onde a pecuária se realizou intimamente vinculada à lavoura.

O Presidente e os Diretores da S.N.A. convidaram o Ministro Renato da Costa Lima a visitar a Escola de Horticultura Wenceslão

(Continua na pág. 26)

Estêve recentemente em visita de cortezia à Sociedade Nacional de Agricultura o Ministro da Agricultura, Dr. Renato Costa Lima.

O Dr. Luiz Simões Lopes, Presidente da entidade, deu as boas vindas da velha instituição ao Titular da Pasta da Produção, acentuando a íntima ligação que sempre existiu entre a Sociedade e o Ministério da Agricultura.

Agradecendo, o Sr. Costa Lima, fez minuciosa exposição a respeito da reforma de seu Ministério, acentuando que, como ruralista, não podia dispensar a colaboração de entidades como a S.N.A., cuja atuação louvou, por conhecê-la de longa data, mesmo antes da fundação da Confederação Rural Brasileira.

A meta do Ministério da Agricultura — disse — é trabalhar com afinco diretamente com o homem do campo, assistindo-o de perto e solucionar seus problemas. Aludiu à reestruturação que o Ministério está sofrendo e cuja necessidade ressaltou, para, por fim, proclamar a indispensável cooperação de todas as entidades ligadas à vida rural. "Só através de uma linha comum é que se pode trabalhar em conjunto e alcançar bons resultados". Disse ainda o Ministro que na reforma realizada foi obtida a conjugação do trabalho dos agrônomos e veterinários. Não é mais possível deixar de aceitar como pacífica a tese de que o trabalho da produção vegetal deve ser realizado em estreita vinculação com o da produção animal. E citou como resultado dessa falta de conjugação do que aconteceu em certas regiões dos Esta-



Sessão da Sociedade Nacional de Agricultura, presidida pelo Dr. Luiz Simões Lopes, durante o qual foi conferido o título de Socio Honorário, ao Dr. Renato Costa Lima, Ministro da Agricultura



Perante a diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, o Ministro da Agricultura, Dr. Renato Costa Lima, quando fazia uma exposição sobre as atividades de sua Pasta

REMINISCÊNCIAS

HORTO FRUTÍCOLA DA PENHA

LUIZ MARQUES POLIANO

"A convite do Sr. Dr. Paulino Cavalcanti, fomos anteontem visitar a Fazenda Grande, no arraial de Penha, onde está estabelecido o Horto Frutícola, a cargo da Sociedade Nacional de Agricultura.

A impressão que recebemos dessa visita foi além da nossa expectativa.

Sabíamos que a Fazenda Grande era um dos pontos mais pitorescos dos subúrbios desta Capital.

Cercada de muros, de um lado, e do outro, servida por magnífico porto de mar, estende-se entre êsses dois extremos uma planície de vegetação luxuriante, e essa Fazenda, antigamente pertencente a diversos, que não cuidaram do cultivo de suas terras, hoje apresenta um aspecto bellissimo, embora não esteja ainda terminado o trabalho necessário para o seu completo desenvolvimento.

Vimos ali trabalhar diversos arados, de um e dois discos; desterradores, grades para a limpeza do terreno, e ficamos impressionados com a rapidez com que êsses aparelhos funcionam, preparando um terreno para plantação em tempo em que não poderia ser o serviço feito se nêle estivessem ocupados 20 homens, pelo menos.

Examinamos o tanque para observação das plantas exportadas; ali ficam, e mediante processo adequado revelarão qualquer moléstia de que estejam atacadas. Se forem julgadas sãs, passarão para outro pôsto de observação, a fim de ser conhecido o seu estado de viabilidade.

Em frente à Estrada de Ferro Leopoldina estão sendo arados dois alqueires de terra para a plantação do pomar modelo, para o qual a Sociedade Nacional de Agricultura, já além de árvores frutíferas nacionais de tôdas as espécies, muitas estrangeiras, sendo de notar, entre elas, a árvore da Câmphora, a Oliveira Portuguesa e a Sebífera (árvore do sebo), de cujos frutos se extráem preciosos elementos para a fabricação de velas.

Visitamos o estábulo e cocheiras; de construção econômica de madeira, fôlhas de zinco e esteio de ferro, partindo dali um encanamento de ferro para os resíduos, que vão ter a uma fossa de uma escurmeira, higiênemente preparada.

Está sendo montado agora um colmeal modelo feito de madeira e coberto de sapê, sendo aproveitados todos os processos modernos para a colheita do mel.

O Diretor do Horto é o Sr. Dr. Baptista de Castro; o Superintendente o Sr. Dr. Paulino Cavalcanti e o Ajudante o Sr. Elias de Aguiar, em cuja casa nos foi oferecido opiparo almoço.

A mesa sentaram-se além das famílias dos Srs. Paulino Cavalcante e Aguiar, muitos lavradores da zona, entre os quais o Sr. Francisco José Lôbo Júnior, Agricultor da Penha.

Amistosos brindes foram levantados, entre os quais o do Sr. Paulino Cavalcanti e do nosso companheiro Dr. Eduardo Machado ao Dr. Oliveira Bello, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura".

A impressão acima consta de um velho livro de visitantes ao estabelecimento que é hoje a Escola de Horticultura Wenceslão Bello. Trae a data de 8 de outubro de 1907 e é da autoria do Dr. José de Avellar Filgueira de Mello,

(continua na página 6)

Associação Rural do Vale
do Rio Grande

ASSOCIATIVISMO

Associação Rural de Franca

É a seguinte a atual diretoria da Associação Rural de Franca, Estado de São Paulo:

Presidente — Fábio de Salles Meireles;

1.º Vice-Presidente — Odilon Lemos Jacintho;

2.º Vice-Presidente — Laércio de Andrade;

1.º Secretário — Jerbas de Andrade Franco;

2.º Secretário — Elmar Jacintho Guimarães;

1.º Tesoureiro — Luiz Sandoval Braga;

2.º Tesoureiro — Calixto Neves de Freitas.

Centro Social "Coronel Pedro Osório"

Foi eleita e empossada a seguinte diretoria:

Presidente de Honra — Dr. Francisco L. A. da Fonseca;

Presidente — Elson Barbosa Borba;

Vice-Presidente M José Antônio Fernandes da Silva;

1.º Secretário — José Henrique Souza da Silva;

2.º Secretário — Delamar Nunes Barbosa.

1.º Tesoureiro — Valder Tavares Dourado;

2.º Tesoureiro — Francisco Marcos Pereira Lucas.

É a seguinte a atual diretoria da próspera Associação Rural localizada em Barretos, Estado de São Paulo:

Presidente — Josaphat Marcondes;

Vice-Presidente — Amaury Bernardes;

1.º Secretário — Dr. Mozart Ferreira;

2.º Secretário — Dr. Adonis R. de Mendonça;

1.º Tesoureiro — Alberto Seragini;

2.º Tesoureiro — Wal-mir Prado de Lima.

Anuncie em

"A LAVOURA"

Horto Frutícola...

(continuação da página 5)

que o visitou "por determinação do Dr. Miguel Calmon", ao tempo Ministro da Indústria Viação, e Obras Públicas — Secretaria de Estado que, então, cuidava, através, uma de suas Seções, dos negócios da Agricultura. O papel de fomento agrícola estava, por assim dizer, com a S.N.A., que recebia uma verba na ocasião apreciável para a distribuição de mudas e sementes. E isto durou algum tempo, até que se criou o Ministério da Agricultura.

Ali se vêem citados saudosos e caríssimos nomes ligados à S.N.A. — João Baptista de Castro, o entusiasta do Cooperativismo e do Sindicalismo rural, então Diretor do Horto; Manoel Paulino Cavalcanti, depois diretor do estabelecimento e do Posto zootécnico Federal de Pinheiros, e que nos últimos tempos de sua vida útil à coletividade, planejou a transformação do Horto na atual Escola de Horticultura; Elias de Aguiar; Jobo Júnior — fazendeiro de tradição na região, havendo hoje uma rua com o seu nome.

O precioso alfarfábio voltou a funcionar, pois suas velhas páginas disponíveis continuam hoje a receber as impressões daqueles que se abalançam a ir até o velho "arraial" da Penha.

MÁQUINAS EM GERAL

INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS

BOMBAS

F.F. Botelho

Equipamentos Agrícolas Ltda.

MOTORES DIESEL

FERRAMENTAS

RUA TADEU KOSCIUSKO, 31-A
TELEFONE 32-3801
END. TELEGR. "FRABEL"

Rio de Janeiro - Estado da Guanabara - Brasil

HOLANDA - PAGAMENTO DO LEITE NA BASE DE SUA QUALIDADE

Desde a introdução do beneficiamento industrial do leite, o modo mais acertado de pagamento aos pecuaristas deu motivo a inúmeros estudos, pois para as indústrias de laticínios é de suma importância definir-se, da maneira mais exata possível o valor industrial do leite que, por sua vez, depende também dos produtos a serem fabricados do mesmo.

Na prática, foi a invenção do método "Gerber", para a definição do teor de gordura, que resultou na sua adoção geral como base para o pagamento do leite. Concomitantemente, entretanto, foram introduzidos ainda outros critérios como, por

exemplo o teor calculado de gordura (levando-se em conta também o peso específico do leite), o prêmio de queijo (pago posteriormente na forma de um bônus por quilo de leite beneficiado) e a qualidade (grau de contaminação com bactérias, impurezas, etc.). Nenhum destes critérios, entretanto, alcançou o mesmo êxito que o método "Gerber". Mas os estudos continuaram especialmente na província da Frísia, onde se sentiu a necessidade de avaliar, além da gordura, também a albumina do leite. Esta forte tendência se compreenderá melhor com o conhecimento do destino in-

dustrial do leite, naquela província, quanto aos seus produtos: 60% para a produção de queijo, 25% para a produção de leite condensado, 2% para a produção de manteiga, 6% para leite de consumo e 7% para alimentação de gado. Vê-se que especialmente na fabricação de queijo, leite condensado e leite em pó o teor de albumina influi diretamente no rendimento industrial por 100 quilos de leite. A fim de se obter uma idéia melhor sobre o assunto em apreço, foi iniciado, no ano de 1957, o controle do teor de albumina, de um grande número de vacas já submetidas também ao controle leiteiro normal (controle da produção e do teor de gordura). Os resultados foram publicados sob a forma de uma tese, defendida pelo Dr. Politiek e denominada: "A influência da hereditariedade e das condições dos arredores sobre a composição do leite de vacas na província da Frísia e a possibilidade prática de seleção baseada no teor de albumina".

Uma das conclusões importantes desta tese brilhante é que o teor de albumina no leite depende, em grande parte, de fatores hereditários e que, consequentemente, deve ser considerado passível de aumento por meio de medidas de seleção, já que os dados colhidos demonstram claramente que o mesmo varia bastante no leite das vacas controladas.

Outras conclusões, não menos importantes, são que tanto o teor de gordura, como também o teor de albumina são definidos, em grau mais ou menos idêntico, por fatores hereditários e que, em grande parte, ambos os teores se transmitem, independentemente um do outro, dos pais aos filhos.

Embora a variação no teor de albumina seja menor do que no teor de gordura, é sempre ainda de tais proporções que a seleção nesta base deve ser considerada proveitosa.

Mas para poder emprender tal seleção tornava-se necessário solucionar o velho problema de definir, de maneira prática e bem rá-



HÁ MAIS DE MEIO SÉCULO
VEM A NOSSA FIRMA
FORNECENDO BÔAS
MUDAS DE

Plantas Frutíferas e Ornamentais

FOLHETOS GRAT'S — ORÇAMENTOS SEM
COMPROMISSO

Dierberger Agrícola Ltda.

Fazenda Citra

Cx. Postal 48 — fone 1121 — Tel. "DIERCO"
LIMEIRA — Est. de São Paulo

pida, o teor de albumina do leite, simultaneamente com o controle leiteiro. Uma vantagem adicional de tal solução seria ainda a possibilidade de se pagar o leite na base do seu teor de albumina realizando-se, assim, as aspirações a respeito das indústrias laticínistas.

O já conhecido método de Kjeldahl, embora cientificamente justificável, não serve para a execução de análises em massa. Entrementes, já foram elaborados outros sistemas, tais como a titulação com aldeído fórmico, a definição refratométrica e a destilação alcalica com vapor.

Foi o último sistema, descrito em 1950 por Kofranyi, que provou ser o mais apropriado para análises de rotina.

Conforme pesquisas realizadas no Laboratório de Laticínios da Universidade Rural, em Wageningen, deu resultados suficientemente exatos.

Assim, a instalação do laboratório, construído em 1957 pela Associação de Fábricas Cooperativistas de Laticínios da Frisia, foi baseada no princípio desta destilação alcalica com vapor. Cumpre acrescentar ainda que, nos últimos meses, está ganhando terreno um outro método baseado na absorção quantitativa de uma matéria corante pela albumina do leite no laboratório laticínista de Zutphen. Oferece também boas perspectivas.

Na província da Frisia paga-se o leite na base do seu teor de albumina desde 12 de maio de 1957, enquanto que a seleção, baseada neste teor, foi iniciada em 1 de outubro de 1957.

Embora a experiência neste terreno não seja ainda muito grande, talvez fosse interessante relatar alguns resultados já alcançados.

Como já foi explicada anteriormente, a definição do teor de albumina deve ser feita de maneira rápida, simples e suficientemente exata. Pois no momento, por exemplo nada menos do que 6.000 — 7.000 amostras de leite devem ser analisadas diariamente. Uma vez que se efetua o pagamento



*econômicos,
eficientes...
duram muito
mais!*

DESINTEGRADORES

CASE

a martelos de rotação rápida

É o melhor para sua fazenda, granja, fábrica ou indústria. Construído em dois modelos — H-10-B de 15 a 20 HP e H-14-B de 20 a 23 HP — tritura, mói, desintegra alfafa, feno, bagaço e polpa de cana, milha em espiga (com ou sem palha), milho em grão, palha e casca de arroz, mandioca, café etc. Peneiras com diferentes medidas de furos (de 1/32" até 2"), conforme o material moído. Dependendo do material, a capacidade de produção horária do desintegrador Case, funcionando com Peneiras de 1/4", varia entre 440 e 1.670 quilos.

FATORES DE MAIOR

RENDIMENTO

● Mesa de fácil alcance e grande alimentação. Moagem rápida, calha aperfeiçoada ● Ventilador poderoso, coletor-ciclone ● Mancais de rolamentos especiais ● Mate-

rial sólido que assegura muitos anos de uso.

MOINHOS DESINTEGRADORES

a martelos rotativos e com ensacadores.

Modelos H-10-B e M. 14-B

Polia de 9 cm (3 1/2"), 3.000 a 3.400 RPM.



Distribuidores Exclusivos para o Estado da Guanabara, Estado do Rio, Espírito Santo, Minas Gerais (exceto Triângulo Mineiro)

Agentes nas principais cidades

GEOVIA — Comércio e Engenharia S.A.

Rio: Av. Venezuela, 27 — s/208-210 — Tel. 43.6329

B. Horizonte: Rua Tambores, 924 — Tel. 2-8243

de leite na base do seu teor de albumina, os fornecedores demonstrarão, automaticamente, interesse em conhecer estes dados também de cada uma das suas vacas separadamente, são somente por questões financeiras, mas também visando a seleção nesta direção que se tornará necessária. Em 4 semanas, ou sejam 20 dias de trabalho, entregase no laboratório uma média de 17.000 amostras para fins de seleção. Para ambos os fins somente se tira uma amostra por quatro semanas, pois observouse que esta frequência é suficiente, levado-se em consideração a produção total por período da lactação. Realmente durante um período de pagamento o teor de albumina pode demonstrar algumas oscilações, mas estas são insignificantes e além disso, no decorrer de um ano, as diferenças casuais e sistemáticas quase se neutralizam.

Não é aconselhável tomar-se como base amostras tiradas diariamente, reunidas e conservadas durante um período quinzenal de pagamento, pois, primeiramente, as amostras a serem analisadas devem ser de boa qualidade bacteriológica e isso implicaria em certas dificuldades de organização.

Devem as fábricas, portanto, receber em tempo os dados sobre o teor de albumina a fim de poder preparar, com a devida antecedência as contas dos fornecedores.

No laboratório central da Frísia o quadro de pessoal é, no momento, composto de 1 diretor, 3 chefes, 26 funcionários, 3 expedidores, 2 lavadores, 4 pessoas para serviços administrativos e 2 outros operários.

As despesas por amostras analisadas importam em 0,35 florins, ou seja, mais ou menos Cr\$ 14,00 (na base da cotação livre). Para o cálculo do valor da gordura e da albumina do leite toma-se por base o rendimento bruto do leite de composição média numa fábrica de manteiga e queijo. Na Frísia, aproxima-se este rendimento, para um certo período quinzenal de paga-

Escola de Horticultura Wenceslão Bello

Fundada em 1899

Mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura, no antigo Horto Frutícola da Penha.

VENDA DE MUDAS E PLANTAS

A Escola pode fornecer as seguintes plantas:

Citrus (diversos), Genipapo, Graviola, Jaboticaba, Mangueiras (diversas), Abacate, Cereja do Rio Grande, Ameixa, Jambo Vermelho, Ata do Ceará.

Além de fruteiras, tem mudas de Oiti, Acacia, Clitoria, Flamboyant e outros.

Abatimento de 20% aos sócios da Sociedade Nacional de Agricultura.

Rua Comandante Vergueiro da Cruz, 480 ou Av. Brasil, 10.215. Telefone 30-1433.

mento, com base nos dados disponíveis do ano corrente e do ano passado e ainda nos preços momentâneos dos produtos e subprodutos a serem fabricados do leite de já conhecida composição.

O preço bruto da gordura é simplesmente deduzido do preço da manteiga na praça. O preço bruto da albumina é calculado diminuindo-se o rendimento bruto com o valor da gordura e dividindo-se o resto pelo teor médio de albumina.

O sistema de cálculo do preço do leite a ser pago aos fornecedores foi elaborado de tal maneira que, para elevados teores de albumina, este preço fica num nível melhor do que o preço calculado exclusivamente na base do teor de gordura, enquanto que para teores baixos de albumina dá-se o contrário. Portanto, a relação albumina-gordura se torna muito importante. Sendo esta relação, por exemplo, igual a 0,850, o fornecedor receberá, para o seu leite, um preço melhor do que sob o sistema antigo de pagamento na base exclusiva da gordura. Para uma relação de, por exemplo, 0,750 o preço será, entretanto, menor.

Os valores brutos da gor-

dura e da albumina estão naturalmente, em função dos preços na praça, para respectivamente a manteiga e o queijo. Na Holanda os preços da manteiga normalmente não variam muito, mas isto não se pode dizer dos preços do queijo. Assim, na prática, os preços da albumina oscilam acompanhando os preços do queijo. Entretanto, quando, por exemplo os preços da manteiga apresentam uma queda, o preço da albumina eleva-se independentemente do preço, naquele momento, do queijo, para somente depois acompanhar novamente este último.

O número de vacas registradas, na província da Frísia, para participar do controle de albumina, já passou de 100.000, enquanto que em 4 outras províncias chegou a mais de 40.000. Em todas as outras províncias estão sendo tomadas as necessárias medidas a fim de se poder introduzir, em breve, o novo método para o melhoramento ulterior das qualidades leiteiras do rebanho holandês.

Em outro artigo a ser publicado dentro em breve, serão considerados os dados já colhidos sobre a composição do leite.



**Mãos que espalham
SALITRE DO CHILE
não ficam vazias...**

É MAIS LUCRATIVO MULTIPLICAR A PRODUÇÃO DE 1 ALQUEIRE COM BOM ADUBO, QUE PLANTAR TRATAR E COLHER 3 ALQUEIRES-POIS SÓ A ECONOMIA DE BRAÇOS COMPENSA FARTAMENTE O SALITRE DO CHILE É UM ADUBO NATURAL QUE REFORÇA A PRODUTIVIDADE DO SOLO EXPERIMENTE-O!

SOLICITE FOLHETOS E INFORMAÇÕES, GRATUITAMENTE.

CADAL CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS

AGENTES EXCLUSIVOS DO SALITRE DO CHILE

PARA OS ESTADOS DA GUANABARA, DO RIO E ESPÍRITO SANTO

RUA MÉXICO, 111 - 12.º AND. (SEDE PRÓPRIA)

TEL 31-1850 - rede interna



**THUYA
SINOËS**

Medicação preventiva e curativa das pipocas (ou careços) dos pintos e aves adultas

A venda à

RUA DO MATOSO, 33 - RIO
Para o interior enviamos
pelo reembolso postal

Por ser a mais freqüente e a que causa um maior número de mortes, a enteropatia é a mais importante doença dos perus. Ataca animais de todas as idades, sendo mais grave, entretanto, nos jovens que morrem

A V I C U L T U R A

ENTEREPATITE DOS PERUS

Luiz Otávio Pires Leal
(Veterinário C.N.A.)

na proporção média de 90% nos 12 a 14 dias após o aparecimento dos primeiros sintomas. Os adultos mais resistentes, podendo registrar uma mortalidade média de 20%. A cura completa é muito difícil. Os que não morrem, comumente transformam-se em *portadores*, isto é, embora sem apresentarem a doença, têm a capacidade de transmiti-la.

SINTOMAS E LESÕES

As aves doentes perdem a vivacidade; ficam tristes, abatidas, com as asas caídas. A cabeça toma uma coloração azul escura (cianose), motivo porque a doença é chamada "black-head" (cabeça negra) pelos criadores de língua inglesa, denominação, aliás, imprópria por não ser a enteropatia a única doença que

produz tal sintoma. É freqüente o aparecimento de diarreia amarelo-escura persistente.

Abrindo-se um animal morto de enteropatia, vamos encontrar lesões típicas no fígado, que fica aumentado e com manchas circulares de cor verde clara.

Na primeira porção do intestino grosso (cecum), encontraremos uma massa consistente, de cheiro repugnante.

O QUE CAUSA A DOENÇA

A enfermidade é causada por um protozoário, parasito muito pequeno, somente visível com o auxílio do microscópio. O nome científico do agente causador da doença é HISTOMAS MELEAGRIDES, motivo porque se dá, também, o nome de histomoníase a esta infestação.

O protozoário vive no interior dos ovos de um tipo de verme redondo (HETERAQUIS GALLINAE) que muito frequentemente parasita o intestino das galinhas. Os ovos dos vermes contendo o protozoário causador da doença, uma vez expelidos com as fezes das galinhas, vão contaminar outras galinhas ou os perus.

As galinhas são muito mais resistentes à "infecção" (infestação) do que os perus e nelas a doença é de curta duração e geralmente não fatal. Elas, porém, embora aparentemente sadias, conservam-se *portadores* e, portanto, são capazes de transmitir a doença aos perus.

COMO EVITAR A DOENÇA

Deduz-se desde logo que a principal medida a ser tomada no sentido de se evitar a doença nos perus é não permitir, sistemática-

Kó-Kó-Ró-Kó

CORIZA

GOSMA

E

GOGO

MODO DE USAR

Aves adultas: de 2 a 3 colheres de sopa no bebedouro como preventivo — Para aves pequenas a metade da dose. — Nos casos mais graves aplique diretamente no bico uma colher de café, de Kó-Kó-Ró-Kó — Registrado no DDSA 6929/58.

PAULO STEFANINI

Indústria de Produtos Agro-Pecuários
RUA BARÃO DE PETROPOLIS, 304

TELEFONE: 34-7367

RIO DE JANEIRO — ESTADO DA GUANABARA



mente, qualquer contacto directo ou indirecto dōles com as galinhas.

Os parques anteriormente usados para a criação de galinhas não devem ser utilizados para perus antes de decorridos o espaço de tempo mínimo de dois anos.

As outras medidas que deverão ser tomadas são:

- 1 — protecção dos comedouros e bebedouros para evitar a poluição com fezes;
- 1 — mudança periódica de cercados (rotação);
- 3 — aração constante dos dos parques de criação;
- 4 — drenagem dos terrenos de modo a reduzir a unidade ao mínimo possível;
- 5 — completa higienização dos locais e utensílios utilizados na criação;
- 6 — administração periódica de fenotiziana na dose de 0, a 0,75 gpor cabeça, misturada na ração, para combater as verminoses. Moderadamente a piperazina vem sendo usada com vantagem;
- 7 — criar peruzinhos nascidos em incubadores e não chocados em galinhas;
- 8 — deixar isolado em observação, pelo prazo mínimo de 30 dias todo animal procedente de outra granja e que se pretenda introduzir na criação;
- 9 — evitar a entrada nas instalações de pessoas provenientes de outra granja.

TRATAMENTO

Se forem seguidas as instruções acima descritas será muito difícil o aparecimento da doença, mas, se isto acontecer, as seguintes medidas deverão ser seguidas com o máximo rigor:

- 1 — sacrifício dos doentes, que deverão ser enterados em local distante da criação, em buracos profundos e cobertos com camadas de cal virgem;
- 2 — isolamento dos animais suspeitos;
- 3 — desinfecção (pulverizações com soluções desinfetantes ou caiação



A MELHOR PARA A AVICULTURA

Moinho Fluminense S.A.
fundado em 1887

RIO, RUA URUGUAIANA, 118 - LOJA - C. P. 1250 - TEL. 43.3906
S. PAULO, RUA BOA VISTA, 314 - 4.º - C. P. 820 - TEL. 33.3164
B. HORIZONTE, AV. DOS ANDRADAS, 841 - C. P. 143 - TEL. 9-6092
CAMPINAS, R. MERCANTIL TREMARGO - R. DUQUE DE CAXIAS, 193
e na sua cidade, procure o nosso representante

Div. Isar 9.27

dos pavilhões. Esta desinfecção deve fazer parte da rotina normal da criação, antecedendo sempre a entrada de um novo lote de peruzinhos;

- 4 — tratamento dos suspeitos com medicamentos do grupo dos nitrofuranos. Modernamente bons resultados têm sido obtidos nos Estados Unidos com o uso do 2-amino-5 nitrothiazol, não somente para o tratamento da enteropatia como também para o seu controle e prevenção. Este medicamento apresenta-se sob as formas de pó, para ser misturado às rações, de líquido, para ser administrado na água de bebida e de tabletes, para o tratamento individual.

As doses são as seguintes:

- A-Pó: tratamento — 1/2 kg para 100 kg de ração
prevenção — 250 g para 100 kg de ração.
- B-Líquido: tratamento — 0,03%
prevenção — 0,015%.
- C-Tabletes: 1 tablete por animal, por via oral.

É recomendado suspender o tratamento uma semana antes do abate, tempo suficiente para que haja completa eliminação do medicamento do organismo.

Ao contrário do que acontece com os medicamentos do grupo dos nitrofuranos, não temos notícia da existência dos do grupo químico do nitrothiazol no mercado veterinário nacional.

ORIGENS DO COOPERATIVISMO ESCOLAR

Helly Sylvia R. de Souza

Surgiu o cooperativismo escolar na França em 1918. A guerra, com sua ação devastadora, deixara raízes profundas de destruição, enfraquecera as finanças do país, e consequentemente, a criança sua maior vítima, não dispunha na escola de condições mínimas de conforto e de aparelhamento. Somente com a ajuda da cooperativa escolar foi então possível melhorar as instalações dos colégios, conseguir, a preço acessível, o fornecimento do material escolar, instalar bibliotecas, pequenos museus, e cantinas. Coube ao grande cooperativista francês, Profit dar verdadeiro cunho cooperativista as entidades escolares, regulamentando sua organização e seus objetivos. Na Polônia e na Tchecoslováquia havia também, anteriormente, a prática da cooperação entre os escolares. As despesas com o aquecimento nos prédios das escolas nos meses de inverno eram, na Espanha, divididas entre os alunos mas sem que os colegiais para isso formassem uma autêntica sociedade cooperativa. Nos Esgues, existia também a prática da cooperação escolar; os estudantes pagavam regularmente suas cotizações e, na venda de plantas medicinais, obtinham fundos para suas excursões de férias ou compras de material escolar.

Após o cunho oficial e a verdadeira estrutura de uma sociedade cooperativa, idealizada e posta em prática na França, o movimento expandiu-se para todo o mundo. Nos mais remotos países do hemisfério são hoje encontradas entidades deste gênero.

O movimento cooperativista escolar no Brasil, surgiu em 1929, através da Diretoria do Fomento Agrícola — Seção de Cooperativismo (atualmente Serviço de Economia Rural) do Ministério da Agricultura. As primeiras cooperativas escolares foram fundadas em São Paulo por Fábio Luz Filho (autor do livro "Cooperativas Escolares") e, em seguida, o movimento generalizou-se existindo, aproximadamente, duas mil cooperativas escolares funcionando em nosso país. O número de entidades deste tipo é mais

acentuado nos Estados de São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia.

Na legislação cooperativista brasileira as cooperativas escolares são devidamente reconhecidas e amparadas. O Decreto-Lei 22.239 de 12 de dezembro de 1932, no seu artigo 34, determina como podem as entidades deste tipo se constituírem e do seu registro. O Decreto-Lei 581 de 1.º de agosto de 1938, isenta de selos as cooperativas escolares.

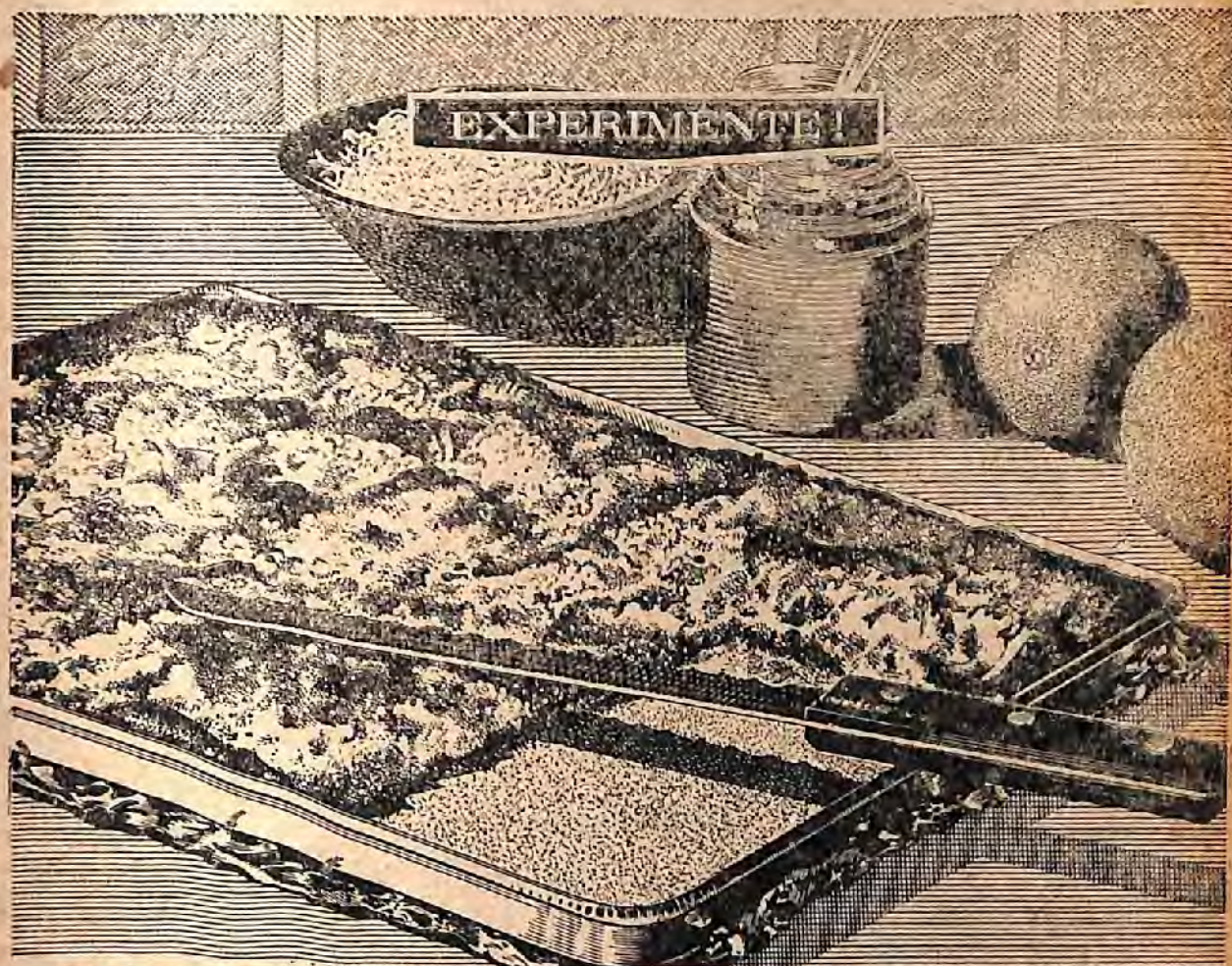
Como sociedade, infantil ou juvenil, mesmo não possuindo personalidade jurídica, as cooperativas escolares deverão, à semelhança de qualquer outra, solicitar o seu registro no órgão oficial, (Serviço de Economia Rural), para terem seu funcionamento legalizado. São fornecidas por aquele órgão todas as informações e assistência técnica devendo, portanto, os interessados, no Rio de Janeiro a ele se dirigirem e, quando em outros Estados, aos Departamentos de Assistência ao Cooperativismo, subordinados às Secretarias de Agricultura.

II Congresso Nacional de Conservação do Solo

Realizar-se-á em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, no período de 28 de janeiro a 2 de fevereiro de 1963, o II Congresso Nacional de Conservação do Solo, patrocinado pela Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais, a Sociedade Mineira de Engenhei-

ros Agrônomos e a Sociedade Brasileira de Conservação do Solo.

"A Lavoura", órgão oficial da Sociedade Nacional da Agricultura, estará representado no conclave, pelo seu Redator Técnico, Professor Geraldo Goulart da Silveira.



Esta é uma receita aprovada pela Cozinha Royal. Prove este Pão Florentino com Chá Tender Leaf

Vê-lo é desejá-lo: é o saboroso

PÃO FLORENTINO

Espanja:

4 xíc. de farinha de trigo
1 1/2 xíc. de água morna
2 colh. (sopa) + 1 colh. (chá) de
Fermento Sêco Fleischmann
ou 3 1/3 tabletes de
Fermento Fleischmann

Massa:

4 xíc. de farinha de trigo
3 xíc. de queijo ralado
(tipo Minas)
2 ovos
2 1/2 colh. (sopa) de gordura
1/2 xíc. de água
4 colh. (sopa) de açúcar
1 colh. (sopa) de sal

Cobertura:

Queijo ralado • geléia de laranja

Coloque o fermento numa vasilha contendo 1 1/2 xíc. de água morna e deixe repousar 10 minutos. Dissolva-o bem, batendo com uma colher. Junte 4 xíc. de farinha de trigo e amasse até ligar completamente e soltar da vasilha. Deixe em lugar quente e fora de corrente de ar, fermentando durante 1 1/2 horas. Leve para cima da mesa e junte todos os outros ingredientes restantes. Amasse e sove bem até ficar u'a massa homogênea e lisa. Deixe coberta por 10 minutos. Divida a massa ao meio e abra com o rôlo na espessura de 1 cm. Coloque em 2 tabuleiros, untados e polvilhados c/ farinha e pincele a superfície com gema de ovo. Deixe crescer, em lugar fechado, durante 50 minutos aproximadamente, ou até dobrar de volume. Leve ao forno moderado por 25 a 30 minutos. Ao retirar do forno, cubra a massa c/ uma camada farta de queijo ralado e sirva c/ geléia de laranja.

GRÁTIS!

Peça à D. Maria Silveira, Caixa Postal, 1179 - Depto. FSD-6 - Rio de Janeiro, o folheto "Conselhos Úteis", sobre o Fermento Sêco Fleischmann

FERMENTO SÊCO FLEISCHMANN



Mais um produto de qualidade da STANDARD BRANDS OF BRAZIL, INC.

CURSO DE INFORMAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

O que foi o referido curso ministrado no Centro Audiovisual da Guanabara pelo Convênio entre o Conselho Regional do Serviço Rural da Guanabara e a Sociedade Nacional de Agricultura

I — Generalidades

A direção do Centro Audiovisual da Guanabara submeteu à elevada consideração do Sr. Executor do Convênio entre o Conselho Regional do Serviço Social Rural da Guanabara e a Sociedade Nacional de Agricultura um programa dos cursos para o segundo semestre de 1962, abrangendo:

- a) *Curso de Informação em Extensão Rural*, tendo em vista a sua oportunidade e objetividade em face do desenvolvimento que vem tomando a extensão rural no país e a necessidade imperiosa de levar aos que atuam no meio rural as modernas técnicas da comunicação;
- b) *Curso de Organização de Museus Escolares*, tendo em vista a importância dos museus em face da necessidade de um melhor aparelhamento audiovisual de nossas escolas primárias rurais.

O primeiro curso, já realizado, alcançou completo êxito conforme se verifica pela leitura do presente relatório.

II — Planejamento

1. Objetivo

Familiarizar os profissionais de diversas categorias que atuam no meio rural, com as modernas técnicas de informação em extensão rural.

2. Requisitos para matrícula

Poderão matricular-se no curso, agrônomos, veterinários, professores, jornalistas e outras pessoas devidamente credenciadas, a critério da direção do curso.

3. Número de matrículas

É fixado em 25, o número de matrículas.

4. Local das aulas

Além das aulas teóricas e práticas que serão ministradas na sede do Centro Audiovisual da Guanabara, do convênio CR-SNA, haverá ainda aulas práticas ministradas na-ABCAR, na Rádio Rural do M.A., no setor audiovisual da SIA e em utilização de fertilizantes outros locais de confecção de material audiovisual.

5. Duração do curso

O curso terá a duração de 6 semanas com um total de 90 horas de aulas (3 horas diárias) e funcionará de segunda a sexta-feira de cada semana, das 12,00 às 15,00 horas.

6. Período do curso

O curso funcionará de 3 de setembro a 13 de outubro de 1962, da seguinte maneira:

1.^a semana — aulas — 3 — 8 de setembro; 2.^a se-

mana — aulas — 10 — 15 de setembro; 3.^a semana — aulas — 17 — 22 de setembro; 4.^a semana — aulas — 24 — 29 de setembro; 5.^a semana — aulas — 1 — 6 de outubro; 6.^a semana — aulas — 8 — 13 de outubro.

7. Verificação da aprendizagem

Haverá, no final do curso, uma prova escrita para a verificação de aprendizagem.

8. Aprovação

Será considerado aprovado o aluno que alcançar nota mínima de 60 na prova escrita final e tiver, no mínimo, 70% de frequência às aulas dadas.

9. Certificado

Aos alunos aprovados será fornecido certificado.

10. Direção e corpo docente

O curso terá a seguinte organização:

Direção: Diretor, que será o executor do convênio CR-SNA; Coordenador, que será o Diretor CAV; Assistente, que será um técnico do CAV.

Corpo docente — Os professores serão recrutados entre os técnicos do CAV, da EHWB, do M.A., do ETA e de outras entidades ligadas ao meio rural.

III — Calendário

Será o seguinte o calendário do curso:

1 — 31 de agosto — período de matrículas;

3 de setembro a 13 de outubro — período de aulas;

15 — 23 de outubro — período de exame, preparo dos certificados de aprovação e do relatório final do curso;

24 de outubro — encerramento durante a sessão semanal da diretoria da S.N.A. que será realizada na sede do C.A.V.

IV — Programa

Será o seguinte o programa do Curso de Informação em Extensão Rural:

1. A Extensão Rural

Conceito e filosofia da extensão rural — Princípios básicos da extensão rural — Organização de extensão rural no Brasil — Articulação de Extensão Rural com entidades que servem ao meio rural (Associações Rurais, Serviços de Experimentação e Pesquisas, Serviço Social Rural, Escolas Agrícolas etc.)

2. A Informação em Extensão Rural

Objetivos e filosofia da informação em extensão rural — Metodologia da extensão rural (métodos de contactos individuais, com grupos de pessoas e com massa de população).

3. O processo de Comunicação

Elementos básicos do processo de comunicação — Modalidades da comunicação — Comunicação escrita (imprensa, livros, folhetos, cartas circulares etc.) — Comunicação oral (rádio, rádio cativo, palestras, exposições, etc.) — Comunicação audiovisual (quadro-negro, flanelógrafo, álbum seriado, cartazes, slides, filmes, filmstrips, etc.).

4. A Redação

Redação extenscionista e jornalística — Normas gerais para a redação de artigos (populares e técnico-científicos) — Redação dos títulos e sub-títulos — Organização de índice — Tipos de redação jornalística (a notícia, a entrevista, a reportagem, e programa radiofônico, etc.).

5. Publicações

Classificação das publicações — Publicações técnico-científicas, populares, de extensão, bibliográficas, de consultas (dicionários e anais) e outras — Características e tipos de publicações de extensão (folha divulgadora ou folder, prospectos ou cartilhas, folhetos, revistas, etc.) O que se tem feito no País com relação ao assunto.



Mesa que presidiu a Sessão da esquerda para a direita: Geraldo Goulart da Silveira Diretor do C.A.V. Luiz Marques Pollano, Executor do Convênio CR-SNA; Luiz Simões Lopes, Presidente da S.N.A., Edgard Teixeira Leite, Vice Presidente da C.R.B.; Flávio da Costa Britto, Presidente do Conselho Regional do Serviço Social Rural da Guanabara; José Irineu Cabral, Diretor Brasileiro do ETA; Kurt Repsold do Conselho Nacional do SSR.



Curso de Informação em Extensão Rural. Solenidade de entrega de certificados aos alunos que terminarem o Curso. Parte da assistência e da Mesa que presidiu os trabalhos, vendo-se à esquerda, o Dr. Roberto Martins orador da turma.

6. Meios Audiovisuais de Informação

Importância dos meios audiovisuais — Tipos de meios audiovisuais, suas características e correta utilização — Meios audiovisuais de informação utilizados em publicações (ilustrações, gráficos, etc.) — Meios audiovisuais usados nos métodos de informação (cartazes, quadros murais ou painéis de exposição, álbum seriado, — flanelógrafo, diapositivos e diafilmes e outros. O que se tem feito no país com relação ao assunto.

7. Rádio, Cinema e Televisão

Importância e utilização na extensão rural — A redação nos programas radiofônicos — Organização dos programas radiofônicos (horários, textos, música, etc.) — Preparo de filmes — A narração no cinema — Seleção de filmes — A organização de sessões cinematográficas — O que se tem feito no país sobre o assunto.

8. Organização de Campanhas de Informação

Importância das Campanhas de Informação — Organização das campanhas — O que se tem feito no país sobre o assunto.

Será a seguinte a distribuição do programa, pelo número de aulas:

Aulas teóricas-práticas

	hs.
A Extensão Rural	3
A Informação em Extensão Rural	3
O Processo de Comunicação	6
A Redação	6
Publicações	6
Meios Audiovisuais de Informação	15
Rádio e Televisão	6
Organização de Campanhas de Informação	6
Trabalhos, demonstrações práticas, visitas, sempre sob a orientação de um professor	36

Direção e corpo docente

Diretor: Luiz Marques Polano, Executor do Convênio CR-SNA;

Coordenador: Geraldo Goulart da Silveira, Diretor CAV-GB;

Secretária: Ady Manso Vieira;

Professores: Alcione José Osta, da ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural); Moacir Pereira Lima, idem; Magnus Cezar Mies, idem; Pedro Prazeres de Castro, idem; Wilson Cardoso Alves, idem; Suetônio Pacheco, idem; Guilherme Kós, idem; Rufino de Almeida Guerra Filho, do SIA (Serviço de Informação Agrícola Ministério da Agricultura); Xavier Placer, idem; Alme da Clóvis Jouvin, Rádio Rural; Norman Ian Boggiss, do ETA (Escritório Técnico de Agricultura Brasil Estados Unidos); Geraldo Goulart da Silveira, Diretor do Centro Audiovisual da Guanabara.

Conforme se verifica, contou o curso com a colaboração de 12 técnicos dos quais:

8 técnicos da ABCAR;
2 técnicos do SIA;
1 técnico da R.R.;
1 técnico do CAV.

Movimento de matrículas

Matricularam-se no curso vinte e três (23) técnicos assim distribuídos, de acordo com as respectivas profissões:

	alunos
Professores	3
Engenheiros Agrônomos	4
Jornalistas	4
Assistentes Sociais	2
Veterinários	1
Técnicos em cinema	2
Funcionários Públicos diversas categorias	5
Nutricionistas	2
TOTAL	23

De acordo com a procedência, foi a seguinte a distribuição dos alunos matriculados:

Ministério da Agricultura (Serviço de In-

formação Agrícola)	4
Conselho Regional de Serviço Social Rural do Estado do Rio	3
Conselho Regional de Serviço Rural da Guanabara	4
Conselho Nacional de Serviço Social Rural	2
Titra Filmes do Brasil S. A.	3
Conselho Nacional de Geografia	1
Petrobrás	1
M. da Educação (Campanha Nacional de Merenda Escolar)	2
Colégios particulares	2

Dos vinte e três alunos (23) matriculados frequentaram regularmente o curso, dezenove (19) alunos, que foram aprovados nos respectivos exames.

Aulas ministradas

Conforme o planejamento, foram ministradas no decorrer do curso noventa (90) horas de aulas abrangendo aulas teóricas e práticas, assim distribuídas:

	horas
Equipe da ABCAR	33
Equipe do SIA	27
Equipe do CAV	15
Equipe do ETA	9
Equipe da R.R.	6
TOTAL	90

Resultados dos exames

Os exames contaram de quatro provas:

- um trabalho de redação, determinado e julgado pela equipe do SIA;
- um teste aplicado e julgado pela equipe da ABCAR;
- um teste, aplicado e julgado pela equipe do ETA.
- um teste, aplicado e julgado pela equipe do CAV.

Foi o seguinte o resultado dos exames:

A l u n o s	N o t a s				
	Equipe	Equipe	Equipe	Equipe	Média
	da ABCAR	do ETA	do SIA	do CAV	
Fernando Alves de Souza Freire	80	92	90	100	90,5
Ziede C. Moreira	80	92	80	100	88
Roberto Martins da Silva	70	92	90	100	88
Caio da Rocha	80	92	75	100	87
Agnaldo M. de Pinho Freitas ..	65	100	90	94	87
Joselina da C. Sande Motta	85	76	75	100	84
Alexandre Martin Mirilli	61,25	84	90	100	84
Roger Mirilli	70	76	90	97	83
Mercedes Cardoso Mello	67,50	92	75	94	82
Marlene Silva	56,25	100	80	91	82
Robert V. Dominique Mirilli ..	70	68	90	91	80
Ivan de Almeida Pinto	42,50	92	75	97	76,5
Elias de Araújo	50	76	80	100	76,5
Marlene Pinheiro de Mattos	41,25	100	60	94	74
Oecília Batista de Souza	40	92	60	94	71,5
Enor Marcolino P. da Costa	40	92	60	92	71
Napoleão Albuquerque	40	78	60	97	69
Wilmar Carneiro de Freitas	28	62	80	100	67
João Dias de Araújo	48,75	76	60	76	65

Conforme se verifica, todos os dezenove alunos examinados foram aprovados, pois alcançaram notas superiores a 60% e porque obtiveram frequência acima do mínimo exigido (70%).

Apostilhas e folhetos

Durante o curso foram distribuídas apostilhas e folhetos sobre os assuntos abordados nas aulas.

Sessão de encerramento

A sessão de encerramento teve lugar na nova sede do

Centro Audiovisual da Guanabara, no dia 24 de outubro, com a presença de altas autoridades entre as quais o Presidente da ABCAR, o Co-Diretor brasileiro do ETA, o representante do SEAV, o Presidente do CRRJ, o Presidente da SNA, o Vice-Presidente da CNB, o representante do CN do SSR, o representante do Ministério da Agricultura, o Executor do Convênio CR-SNA, o Diretor do CCTA, professores do curso, e da Escola de Horticultura Wenceslao Bello, Diretores da SNA e outros.

Falaram, na ocasião:

- o Sr. Luiz Marques Poliano, Executor do Convênio;
- o Dr. Roberto Martins, orador da turma;
- o Sr. Luiz Guimarães Júnior, representante do Ministério da Agricultura;
- o Sr. Flávio da Costa Brito, Presidente do CR-ETB;
- o Professor Geraldo Goulart da Silveira, Diretor do CAV;
- o Dr. Luiz Simões Lopes, Presidente da Sociedade Nacional da Agricultura.

Escola de Horticultura "Wenceslão Bello"

Festa de Formatura

Com a presença de Diretores do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos, do representante do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura, do Presidente do Conselho Regional do Serviço Rural da Guanabara e de Diretores da Sociedade Nacional de Agricultura, realizou-se ontem na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", a solenidade de entrega de Diplomas aos alunos de Cursos Profissionais que os terminaram este ano. Presidiu os trabalhos o Dr. Kurt Repsold, Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura. Foi paraninfo da turma o Prof. Walter Saur, do ETA. Em nome da turma falou o aluno Renato Cacique Romano tendo a seguir usado da palavra o Sr. Luiz Marques Poliano, Diretor da Escola, para a entrega a todos os alunos do 1.º e 2.º ano da bonificação que lhes coube pelo seu trabalho na produção de plantas, frutas e hortaliças este ano.

O Sr. Flávio da Costa Britto, Presidente do Conselho Regional do Serviço Social Rural da Guanabara, e Diretor da Cooperativa Agrícola de Cotia, em nome desta entidade, ofereceu um estágio aos alunos 1.º e 2.º colocados da turma, nas granjas da Cooperativa, em São Paulo, repetindo assim igual oferecimento do ano passado. Usaram também da

palavra Mister Loyard Davis representante do ETA,

Prof. Geraldo Goulart da Silveira, Diretor do C.A.V. da Guanabara, Prof. Subael Magalhães da Silva, Diretor do Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola e o Engenheiro Agrônomo Hélio Raposo, também do ETA, representante do respectivo Diretor brasileiro.



Solenidade de formatura dos alunos dos cursos profissionais da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, quando falava o orador da turma, diplomando Renato Cacique Romano, vendo-se sentados, da esquerda para a direita, os Srs. Walter Saw, Hélio Raposo, Loyard Davis, Luiz Marques Poliano (Diretor da Escola) e Kurt Repsold



Aspecto da solenidade quando falava o paraninfo Prof. Walter Saw, vendo-se sentados, da esquerda para a direita, o Dr. Hélio Raposo, representante do ETA, Mister Loyard Davis, Co-Diretor do ETA, Luiz Marques Poliano, Diretor da EHWB, Kurt Repsold, Vice-Presidente da SNA, Flávio da Costa Britto, Presidente da CR/GB, Geraldo Goulart da Silveira, Diretor da CAV, Adamastor Lima, Diretor da SNA, Subael Magalhães da Silva, Diretor da CCTA e Clóderico de Oliveira, representante da SEAV.

Prof. Arthur Tôrres Filho

Homenagem póstuma prestada pela diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura ao seu saudoso presidente e destacado ruralista brasileiro

No dia 24 de outubro, data comemorativa do 17.º aniversário da promulgação do Decreto-Lei 8.127, que estruturou o associativismo rural no país, a diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, por sugestão do seu Secretário Geral, Sr. Luiz Marques Poliano, prestou uma justa e merecida homenagem ao seu saudoso presidente Prof. Arthur Tôrres Filho, o grande batalhador para a implantação no país, do associativismo rural em bases seguras e objetivas.

A homenagem constou, da inauguração, no "hall" da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, do busto do grande brasileiro ruralista, que tantos e tão relevantes serviços prestou à sua classe.

Estiveram presentes ao ato, o Dr. Luiz Guimarães Júnior, representante do Ministro da Agricultura, o Dr. Luís Simões Lopes, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, o Dr. Edgard Teixeira Leite, Vice-Presidente da Confederação Rural Brasileira, o Sr. Flávio da Costa Brito, Presidente do Conselho Regional do Serviço Social Rural da Guanabara, o Sr. Luiz Marques Poliano, Diretor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, o Dr. Hélio Lobato, representante do Superintendente

do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, o Dr. José Irineu Cabral, Co-Diretor Brasileiro do Escritório Técnico de Agricultura

Brasil-Estados Unidos, o Dr. João Napoleão de Andrade, Presidente da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, e Prof. Geraldo Goulart



Dois aspectos da homenagem póstuma ao Prof. Arthur Torres Filho. A primeira foto, quando falava o Presidente da S.N.A. Dr. Luiz Simões Lopes, tendo a sua direita, o Diretor da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" e Secretário Geral da SNA, Luiz Marques Poliano, Prof. Geraldo Goulart da Silveira, Diretor do C.A.V. e a Viúva Torres Filho, e na segunda, ato do descerramento, pela Viúva do saudoso Presidente da SNA, do seu busto em bronze, escultura do Prof. Paulo Mazzucchelli

da Silveira, Diretor do Centro Audiovisual da Guanabara, o Prof. Subael Magalhães da Silva, Diretor do Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola, D. Sylvia Heli de Souza, do Serviço de Economia Rural, numerosos diretores da Sociedade Nacional de Agricultura entre os quais os Srs. Frederico Murtinho Braga, Adamastor Lima, Alberto Ravache, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, os professores da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, os professores do Curso de Informação em Extensão Rural, alunos da Escola Wenceslão Bello e do Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola, a viúva D. Clara Magarinos Tórres e outras pessoas da família do saudoso Prof. Arthur Tórres Filho.

Usaram da palavra, na ocasião, o Dr. Luiz Simões Lopes, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura que lembrou várias passagens da vida do Prof. Tórres Filho à frente da Sociedade Nacional de Agricultura, que ele considerava a continuação de sua própria casa, salientando, principalmente, as marcantes realizações e os empreendimentos levados a efeito nesse período tão próspero para a Casa da Agricultura.

O Dr. Teixeira Leite, Vice-Presidente da Confederação Rural Brasileira, focalizou a atuação e as lutas do Prof. Arthur Tórres Filho em prol do movimento associativo do meio rural brasileiro, que culminou com a instalação da Confederação Rural Brasileira, à qual es-

tão filiadas as Federações de Associação Rurais que congregam as Associações Rurais Municipais.

Salientando o trabalho do Prof. Tórres Filho pelo desenvolvimento do cooperativismo rural no país, falou o Sr. Flávio da Costa Brito, presidente do Conselho Regional do Serviço Social Rural da Guanabara e figura de destaque da administração da Cooperativa Agrícola de Cotia.

Após o agradecimento da família, os presentes participaram da solenidade de encerramento do Curso de Informação em Extensão Rural ministrado pelo Centro Audiovisual da Guanabara, mantido pelo Convênio entre o Serviço Social Rural do Estado da Guanabara e a Sociedade Nacional de Agricultura.

COOPERATIVA ESCOLAR DE PRODUÇÃO E CONSUMO "ARRUDA CÂMARA"

A 27 de setembro último foi registrada no Serviço de Economia Rural e se acha em pleno funcionamento a Cooperativa, acima mencionada. É em torno dela que os rapazes do Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola, em funcionamento na Escola de Horticultura Wenceslão Bello exercem as atividades daquele Centro, objeto de convênio entre a Sociedade Nacional de Agricultura e o Conselho Regional do Serviço Social Rural da Guanabara.

Vários são os projetos do Centro, que se encontram em andamento, sendo de notar os relativos à avicultura, à horticultura de folhas e de frutos, à apicultura, à suinocultura (com sua seção industrial). Brevemente, será posto em funcionamento o projeto relativo à cunicultura.

A 15 de novembro iniciaram o seu comparecimento às feiras livres do bairro da Penha os cooperados da "Arruda Câmara", expondo e vendendo os seus produtos, eles próprios pois os lavradores sabem que a parte mais difícil de sua atividade é comercializar a produção.

ABIL AGRO COMERCIAL LTDA.

Fundada em 1940

Rua Buenos Aires, 87 — Cxa. Postal, 5222 — Fone: 52-7527
Rio de Janeiro — Estado da Guanabara

Uma organização completa à sua disposição

DROGARIA VETERINÁRIA

Srs. Criadores, a Drogaria Veterinária A.B.I.L., tem o máximo prazer de levar ao vosso conhecimento, que já tem a venda e está aceitando pedidos de reservas da mais eficiente vacina.

TRIVALENTE ANTI-AFTOSA — GEYER

Preparada por técnica especial do prof. Sylvio Torres, eminente cientista de grande conceito internacional. A Drogaria Veterinária A.B.I.L. mantém em estoque produtos veterinários para todos os fins, dos melhores Laboratórios do País.

LAVOURA

Completo sortimento de produtos destinados a lavoura.

PECUARIA

Todo material destinado a pecuária.

AGRICULTURA

Estoque permanente de produtos para agricultura.

SEMENTES

Grande variedade de sementes de flores e hortaliças dos melhores produtores estrangeiros.

ADUBOS

Sortimento completo de adubos nacionais e estrangeiros.

FERRAMENTAS PARA LAVOURA E JARDINAGEM

Máquinas estrangeiras para cortar grama, tesouras, pulverizadores, polvilhadeiras e grande sortimento de pequenas ferramentas.

INSETICIDAS E FUNGICIDAS

Variado sortimento de fabricação nacional e estrangeira.

PESCA

Variadíssimo sortimento de material para pesca.

LIVROS

Completo sortimento de livros para lavoura, agricultura, pecuária, horticultura e floricultura.

PISCICULTURA

A maior organização no Estado da Guanabara de peixes ornamentais e todo material para o mesmo fim.

PÁSSAROS

Dos melhores criadores, assim como completo sortimento de materiais tais como gaiolas, viveiros, alimentação, fortificantes e muitos outros artigos para o mesmo fim.

PLANTAS

Variadíssimo sortimento de plantas frutíferas enxertadas e plantas ornamentais.

TODOS ÉSTES ARTIGOS SÃO ENCONTRADOS NA A.B.I.L. —
Agro Comercial Ltda. — Rua Buenos Aires n.º 87-loja — Rio de Janeiro
Estado da Guanabara.

Em qualquer tipo de cultura...



FORD

É O TRATOR QUE DÁ MAIS LUCROS

— é o único construído especialmente para a agricultura nacional!

Com seu motor, de 56 H.P. o Ford brasileiro 8 BR Diesel realiza faanhas praticamente impossíveis. Por exemplo: consumindo apenas 5,7 litros de combustível por hora, sob rigoroso controle do Ministério da Agricultura, provou seu excepcional rendimento, arando um alqueire "paulista" (24.200 m²) em menos de 4 horas. O Ford 8 BR Diesel é o único trator especialmente projetado para lavar a terra brasileira. Rende o máximo nas diversas condições de trabalho, com todos os implementos. Economiza nos custos de manutenção. Amplia seus lucros na lavoura. Antes de comprar o seu trator, vá a um Revendedor Ford e comprove pessoalmente por que o Ford 8 BR Diesel é o melhor instrumento de trabalho para obter o máximo rendimento na sua fazenda!



PRODUTOS DA FORD MOTOR DO BRASIL S.A.



Ara melhor e mais rapidamente.



Insuperável na gradeação.

OFERECE MAIOR RENDIMENTO EM QUALQUER ESPÉCIE DE SERVIÇO!



Excelente veículo para colheita e transporte.



Abre e conserva caminhos.



Elimina ervas daninhas. Deixa o terreno desimpedido.



Aduba e planta com perfeição.



Raspa o terreno. Prepara valetas de escoamento, ou de irrigação.



Raspa e transporta estêrco, em currais e pastos.



ESTAS SÃO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS DO SEU TRATOR FORD:



Abre sulcos para umedecer o solo, em terras duras.



Bitola ajustável — de 52 a 64 polegadas, em espaços de 4 polegadas, para perfeita adaptação em qualquer tipo de cultura.



Tomada de força — para adaptação do pólo na parte traseira. Comandado por alavanca, à esquerda da caixa central.



Levantamento hidráulico — universal, de 3 pontos. Extrema facilidade de manobra do conjunto trator-implemento.



Contador de horas-serviço — para perfeito controle econômico da operação do trator (manutenção, troca de óleos, inspeções etc.).



Caixa de 8 velocidades — para melhor rendimento, de acordo com o tipo de trabalho ou serviço em que o trator é utilizado.

Financiado pela Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil

PERSPECTIVAS DA EXPLO- RAÇÃO LAGOSTEIRA NO RIO GRANDE DO NORTE

Melquiades Pinto Paiva

Apesar da proximidade geográfica com o Estado do Ceará, onde a exploração lagosteira já alcançou níveis bem significativos, não se tem observado no Rio Grande do Norte nenhum desenvolvimento da pesca da lagosta, aliada à sua industrialização e comércio.

Além da pesca da lagosta, já estabelecida em bases comerciais, em frente a Tibau, realizada por firma com base de operação em Fortaleza, temos que registrar apenas esparsas tentativas de expansão da atividade lagosteira ao longo do litoral norte-riograndense. Não encontro nenhuma justificativa para supor a não existência de lagosteiros na sua plataforma oceânica.

Em verdade, não há barreira zoogeográfica separando as faunas costeiras pertencentes àquele Estado e ao Estado do Ceará. Tudo me faz crer na semelhança das faunas costeiras dos dois Estados, principalmente se considerarmos apenas o trecho da costa do Rio Grande do Norte compreendido entre as localidades de Touros e Tibau. Fundamentam este pensamento a semelhança profunda registrada nas características oceanográficas imperantes, resultantes da formação geológica comum, aliada, por um lado, à existência dos rios periódicos e, por outro, à influência da mesma corrente oceânica, além da proximidade e continuidade em que estão geograficamente situados.

A existência de pescarias normais, em bases comerciais, da lagosta em Tibau, das experiências realizadas em Ponta Redonda, Ponta do Mel e Barreiras, e o conhecimento tradicional que os pescadores de Macau

têm da presença de lagostas em grande trecho da costa norte do Estado do Rio Grande do Norte, onde chegam a pescar, casualmente, centenas de indivíduos em apenas um dia de trabalho e com o auxílio exclusivo da linha com anzol (aparêlho, reconhecidamente impróprio à pesca da lagosta em todo o mundo), constituem o atestado da veracidade das afirmações que fizemos.

Analisando as características das plataformas oceânicas dos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, somos levados a crer que a plataforma do último possui até mesmo melhores condições para suportar razões seguintes: a) porque apresenta maior quantidade de abrigos naturais, sempre procurados pelas lagostas; b) porque as suas águas são mais intensamente influenciadas pelas correntes atlânticas equatoriais, por onde se conclui a existência de uma melhor produtividade biológica.

Entretanto, pensamos que o trecho compreendido entre Touros e Tibau, no litoral do Estado do Rio Grande do Norte, é o que mais deve merecer a atenção das organizações comerciais que pretendem operar no setor da exploração lagosteira no mencionado Estado. Justificamos este nosso pensamento da seguinte maneira: a) porque no trecho referido a plataforma oceânica se apresenta bem mais larga do que no restante da costa do Estado do Rio Grande do Norte; b) porque no trecho referido a circulação da água se faz com menor violência do que no restante da costa do mesmo Estado; c) porque no tre-

cho referido as condições de navegação costeira são mais propícias, necessitando, portanto, de embarcações e tripulações menos especializadas, além de reduzir o perigo de constantes acidentes na rotina da pesca.

As razões que justificam a ausência de atividades, de âmbito comercial elevado, ligadas à exploração lagosteira no Estado do Rio Grande do Norte, podem ser encontradas nas que se seguem: a) medo dos pescadores com respeito à realização de pescarias noturnas, uma vez que supõem que a pesca da lagosta só pode ser realizada com jerezes; b) falta de mercado para as lagostas capturadas, as quais, na melhor das hipóteses, alcançam um preço ínfimo para pequena produção. O baixo padrão profissional dos pescadores aliado à ausência de demanda para os produtos resultantes de uma atividade pesqueira, são os fatores mais importantes para a explicação do estado de subdesenvolvimento de tipos especializados da exploração pesqueira em diversas regiões do mundo.

(Conclusão da pág. 4)

Bello, na Penha, que é mantida pela Entidade.

Durante cerca de vinte minutos esclareceu a Diretoria da Sociedade sobre pontos da reforma, alguns — disse — sofrendo críticas e restrições as quais, entretanto, a seu ver, serão sanadas na prática.

Na ocasião, foi conferido ao Ministro Costa Lima, que no seu discurso manifestara o desejo de participar do quadro social da Sociedade, o título de Sócio Honorário; por proposta do Presidente Simões Lopes.

Acompanhava S. Excia. o Sr. João Jayme Juvenal Ricci Ayres, Administrador do Serviço Social Rural, o Dr. Luiz Guimarães, Delegado do Ministro no Rio de Janeiro, e outros altos funcionários do Ministério da Agricultura. Também estava presente o Dr. Iris Meinberg, Presidente da Confederação Rural Brasileira.

Ensilagem



Transformando milho, sorgo, sobras de pastos, capins Guatemala, Napier etc., em silagem, o gado leiteiro terá alimentação garantida para atravessar o período da seca.

UMA COLABORAÇÃO DE PRODUTOS



G-RV-26/62-1

SETOR AGROPECUÁRIO

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DA GUANABARA VISITA A ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLÃO BELLO"

A 20 de novembro esteve à Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" o Eng. Agrônomo Gilberto Conforto, Diretor do Departamento de Agricultura do Estado. Recebido pelo Diretor da Escola Sr. Luiz Marques Poliano, foi acompanhado numa visita demorada ao estabelecimento pelo Prof. Subael Magalhães, Diretor do Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola. Ao deixar o estabelecimento, deixou registrado no livro de visitantes a seguinte impressão:

Ao visitar as instalações da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", do Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola e Centro Audio-Visual, não posso deixar de externar a minha admiração pelo profícuo trabalho que vêm sendo nêles desenvolvidos, principalmente no que respeita ao racional aproveitamento de recursos. Promovendo junto à futura geração de lavradores, técnicos e profissionais da agricultura, os métodos modernos e racionais dos solos agrícolas, e despertando nos mesmos a importância do cooperativismo, estão estas organizações, por certo, contribuindo com uma ponderável parcela de esforço no sentido de situar a atividade agrícola no verdadeiro lugar que deve ocupar no desenvolvimento econômico do Brasil.

CONSULTAS

Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira
(Redator Técnico de "A Lavoura")

Broca da raiz da fruta de conde

Respondendo a uma consulta que recebemos, temos a informar:

- a broca da raiz da fruteira de conde é a *Heilipus velamen*;
- segundo Américo J. S. Gonçalves, do Ministério da Agricultura, é recomendável a pulverização preventiva do solo, em torno da planta, com Aldrin P.M. 40% ou Aldrex 4. Para cada 100 litros de água deve-se usar 150 gramas de Aldrin P.M. ou, então, 150 mililitros de Aldrex 4.

Multiplicação da cana índica

Tendo em vista a consulta do Sr. A. B., do Estado do Espírito Santo, informamos:

- a cana índica, é também conhecida como bananeirinha ou caeté;
- a multiplicação mais fácil é por meio de mudas retiradas da própria touceira;
- os solos com bastante matéria orgânica e úmidos são os mais indicados para a sua cultura.

Composição do cajú

A análise feita pelo químico Datro de Oliveira, revelou a seguinte composição para 100 gramas de cajú:

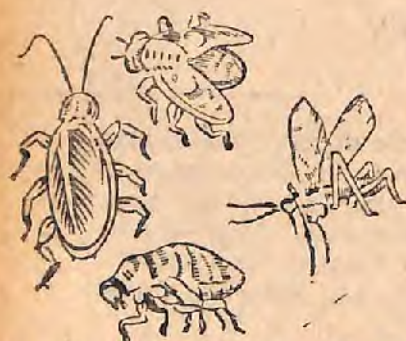
Gordura	0,37
Açúcar	8,70
Proteína	0,27
Cálcio	48 mg
Fósforo	11 mg
Ferro	3 mg
Água	80

O teor em vitamina C, é, também, elevado (200 miligramas em 100 gramas de suco fresco).

Nomes científicos

Esclarecendo a Sra. J. N., do Estado da Guanabara, informamos que os nomes científicos das plantas citadas, são os seguintes:

- Cacaueiro — *Theobroma cacao*;
- Batata-doce — *Ipomoea batata*;
- Milho — *Zea mays*.



CUPIM

GARANTIA DE 8 ANOS

Rugani & Cia. Ltda.

SERVIÇOS EXECUTADOS COM
INSETICIDAS "TPIRANGA"

contra insetos e ratos

BUA SÃO JOSÉ, 90-S/1. Telefones 22-3289 e 22-0873

ORÇAMENTOS SEM COMPROMISSO



Está em organização, em lugar amplo e especialmente adaptado, a Biblioteca da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

Desde logo, pensou a direção do estabelecimento em um EX-LIBRIS para os volumes de suas estantes, tendo sido escolhida a gravura que ilustra esta nota.

É ela a reprodução de uma outra, publicada em "A Lavoura", de março de 1898, com a seguinte observação da lavra de Dr. Antônio Chaves de Souza.

"A gravura que estampamos neste artigo, refere-se ao grande Quintius Cincinnatus, general da República Romana, muitas vezes vencedor, quando entregue aos labores da agricultura, vai ser convidado por uma comissão do Senado Romano para receber as honras do Triunfo, depois de haver governado Roma como ditador para salvá-la dos inimigos que haviam invadido o solo de sua pátria e que ele derrotara em terríveis combates.

Vitorioso, de retorno aos seus lares, entregava-se aos seus modestos trabalhos da pequena lavoura, rasgando o solo com o seu primitivo arado e cultivando a terra com suas próprias mãos gloriosas.

Em uma visita que fizemos em abril de 1875 ao agro em que labutara Quintius Cincinnatus aí vimos o levantar do sol e saudamos a grande re-

ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLAO BELLO"

Organiza-se a sua Biblioteca



cordação histórica que representa esse campo.

Daí a nossa inspiração para a composição desse quadro que é uma resultante disso, manifestada em um desenho original do Sr. Benno Treidler.

A execução xilográfica é do Sr. Alfredo Pinheiro. Duas outras reproduções ainda possui a Casa da Moeda, uma feita em coltipia pelo Sr. J. Vilas Boas e outra em zincografia pelo Sr. G. Stoffel e seus discípulos, ambos como chefes sucessivos da oficina de xilo-chimi-gra-

vura desse estabelecimento. Estes quadros destinam-se à Segunda Edição do livro **Os grandes Caracteres Republicanos**, do Dr. Ennes de Souza".

Com isto, homenageia a Escola ao fundador da entidade que a vem mantendo desde 1899.

Aproveitando o ensejo, daqui enviamos apelo aos sócios e amigos da Sociedade Nacional de Agricultura para que façam doações de livros ou quaisquer outras publicações de interesse aos fins do estabelecimento.

CLIMATOLOGIA DAS SALINAS DO NORDESTE

Adalberto Serra

A região para a qual foi solicitado o presente estudo abrange o litoral de Fortaleza a Natal, estações meteorológicas existindo naqueles dois pontos e mais Aracati e Macau.

Os elementos pedidos compreendem chuva, temperatura, vento, umidade, evaporação, e, se possível uma descrição do mecanismo das precipitações e respectiva previsão a curto e longo prazo. (Esta última parte foi deixada para outro relatório).

1) — Temperatura — a média anual no litoral em causa é de 26°,5C com valores em torno a 23° em janeiro, e 27° em fevereiro, março, abril, mas declinando a 26° de maio a setembro, para subir a 28° em outubro voltando a 27° em novembro a dezembro.

No conjunto do ano, a média das máximas é de 30° a 31°, havendo meses de 32°. A média das mínimas de 23°, o que significa uma amplitude média diária fraca, de 6° a 8°, sendo este último o valor de Macau.

As oscilações aperiódicas são pequenas: a menor temperatura registrada foi de 12°, e a maior de 36°, com uma amplitude absoluta de 16° em Macau e Natal, mas atingindo 20° em Fortaleza.

2) — Precipitação — A normal do ano apresenta grande variação na zona, o total de 1.500 mm em Natal, declinando para Oeste a 1.000, 750, e por fim menos de 500 mm em Macau; voltando a crescer para 750

mm no limite com o Ceará, 1.000 mm em Aracati e 1.400 mm em Fortaleza. Há portanto uma zona seca central razão de ser das salinas. O simples exame da carta pluviométrica mostra a existência de dois sistemas chuvosos: o de Leste, com precipitações que vêm do Oceano para o litoral, representadas pelo regime de Natal; e o de Norte, com chuvas que provêm do Atlântico Setentrional para a costa, e melhor configuradas em Fortaleza.

Vejamos a evolução mensal de ambos os regimes:

a) — O de Leste não chega a ultrapassar o meridiano de 36°W, e se apresenta fraco, com totais de 50 a 70 mm em janeiro, aumentando em fevereiro para 100 a 120 mm. Em março e abril dá-se a fusão com o regime de Norte, que vinha avançando desde janeiro, e os totais alcançam então 130 mm, reforçando-se a 150 mm em abril, quando por outro lado a costa Leste experimenta de 100 a 250 mm de chuva.

Em maio os dois regimes se separam nitidamente, com o de Norte recuando para Oeste. O de Leste continua intenso, dando chuvas de 100 a 250 mm; o seu maior avanço para o interior se verifica em junho, quando a isoleta de 50 mm atinge Macau, chovendo 250 mm em Natal. Em julho tal regime começa enfraquecer, com 200 mm sobre Natal, já reduzidas a 120 em agosto e 40 mm em setembro. Durante outubro e novembro pode-se considerar terminado o regime de Leste, suas

precipitações já sendo inferiores a 50 mm e só começando fracas em dezembro, com 50 mm.

b) — O regime de Norte, cujo núcleo em janeiro ainda está muito afastado, no Piauí, apresenta contudo chuvas de 50 a 100 mm na costa do Ceará, reforçadas em fevereiro para 100 mm em Macau a 250 mm em Fortaleza. São as precipitações do "doldram", que atinge 150 mm em março e abril sobre Macau, e 300 mm em Fortaleza. Em maio tal regime começa a recuar e enfraquecer (70 mm em Macau, 200 mm em Fortaleza), conservando porém algumas chuvas em junho (50 mm em Macau, 100 em Fortaleza). De Julho a dezembro, porém, desaparece completamente da região. Resumindo, temos no litoral em estudo dois sistemas de chuvas: o de Leste, que o afeta pouco, e persiste de janeiro a agosto. E o de Norte, que o afeta muito, sobretudo de fevereiro a maio. São assim mais chuvosos no conjunto os meses de fevereiro a abril.

3) — Dias de Chuva — Obedece igualmente ao duplo regime, de Leste e de Norte, citado no total pluviométrico, o litoral apresentando assim um mínimo anual de 50 a 60 dias chuvosos em torno a Macau, crescendo a 90 em Aracati, 120 em Fortaleza, e aumentando igualmente para Leste a 120, dias no cabo São Roque e 160 em Natal. A variação mensal poderá ser assim descrita: em janeiro chove 6 dias em Macau e 12 nos pontos extremos, Fortaleza e Natal.

Em fevereiro 8 dias em Macau, 15 em Fortaleza, e 12 em Natal. Março é mais chuvoso, com 13 dias em Macau, 20 sobre Fortaleza, 15 em Natal. Abril apresenta 11 dias em Macau, 22 em Fortaleza, 18 em Natal.

Em maio começa a redução para 9 dias sobre Macau, 18 em Natal e Fortaleza. Junho apresenta 8 dias em Macau, 13 em Fortaleza, 18 em Natal, enquanto julho mostra 6 em Macau, 9 em Fortaleza, 20 em Natal. Agosto é de seca, com

3 dias sobre Macau e Fortaleza mas chovendo 17 dias em Natal.

No decorrer de setembro nada chove em Macau (0), mas ocorreu em 6 dias em Fortaleza e 7 em Natal.

Nos meses de outubro, novembro e dezembro, Macau apresenta 1 a 2 dias, Fortaleza 5 e Natal 6.

Quanto aos valores pode-se dizer que normalmente se verificam por ano 10 a 20 dias com total pluviométrico entre 0,1 e 1,0 mm.

Na classe de 1,0 a 10,0 mm ocorreu desde 20 dias em Aracati até 70 dias em Fortaleza e de 35 dias em Macau a 80 em Natal.

Chuvas mais intensas, acima de 10,0 mm são relativamente raras, com total inferior a 20 dias em Macau, crescendo a 40 dias em Fortaleza e Natal.

Não haveria utilidade em detalhar a distribuição mensal das classes de precipitação.

4) — *Máximos em 24 horas* — Os maiores aguaceiros observados atingiram 90 mm por dia em Macau, crescendo a 200 mm em Aracati e Fortaleza, e 180 mm em Natal. Para a região salina de Macau, pode-se esperar máximos de 70 mm em janeiro e fevereiro, 100 mm em março, 75 em abril. Maio apresenta 75 a 100 mm, e junho de 50 a 80. De julho a dezembro, porém, nunca devem ocorrer mais de 20 a 25 mm por dia.

5) — *Insolação* — Macau apresenta o maior total de exposição ao Sol no País, com 3.200 horas por ano, os valores decaindo em Natal e Fortaleza para 2.800 horas. Na variação mensal temos o seguinte quadro:

JANEIRO — 260 horas em Macau e Natal, 230 em Fortaleza;

FEVEREIRO — 220 horas (Macau e Natal), 170 em Fortaleza;

MARÇO — os mesmos valores;

ABRIL — 240 horas em Macau, 200 em Natal, 160 em Fortaleza;

MAIO — 240 horas em Macau, 220 em Natal, 200 em Fortaleza;

JUNHO — 240 horas em Macau, 200 em Natal, 220 em Fortaleza;

Adubos



fortificam as terras fracas



Dep. Prop. CADAL

UMA FORMULA PARA CADA CULTURA - SOLICITE FOLHETOS E INFORMACOES GRATUITAMENTE
CADAL CIA. INDUSTRIAL DE SABAO E ADUBOS
 Agentes exclusivos do Sulfato do Chile para os Estados da Guanabara, do Rio e Espirito Santo
 Rua México, 111 — 12.º andar (Sede própria)
 Caixa Postal, 875 — Telefone: 31-1850-rde interna

JULHO — 280 horas em Macau, 220 em Natal, 250 em Fortaleza;

AGOSTO — 300 horas em Macau e Fortaleza, 250 em Natal;

SETEMBRO — 290 horas em Macau, 260 em Natal e Fortaleza;

OUTUBRO — 300 horas em todo o litoral;

NOVEMBRO — 300 horas em Macau e Natal, 270 em Fortaleza;

DEZEMBRO — valores idênticos ao do mês anterior.

Resumindo, para a região salina, a insolação declina de janeiro a fevereiro, mantendo-se estacioná-

ria em março e aumentando um pouco em abril, maio, e junho, depois mais fortemente em julho, para se elevar a um máximo em agosto. Após pequeno declínio em setembro voltam os altos valores até novembro, com de-

“A LAVOURA”

A mais antiga revista agrícola em circulação no Brasil.

clínio fraco em dezembro e mais acentuado em janeiro.

6) — *Velocidade do Vento* — é bem intensa, com média anual de 4 m.p.s. em Macau, e Natal, caindo a 3 em Fortaleza. Na variação mensal para Macau temos 4 m.p.s. em janeiro e fevereiro, declinando a 3 em março, abril e maio, novamente 4 em junho e julho, 5 em agosto, 4 em setembro e outubro, outra vez 5 em novembro e 4 em dezembro.

7) — *Nebulosidade* — Apresenta média anual de 4 em Macau e 3 em Aracati, subindo a 5 em Natal. A cobertura cresce em Macau de 4 em janeiro para 5 em fevereiro, março e abril, caindo de novo a 4 em maio, junho e julho, 3 em agosto, 2 em setembro e outubro, 3 em novembro e dezembro.

Em agosto, Aracati apresenta média 2.

8) *Umidade relativa* — A média anual é mínima na costa em Macau (65%, crescendo a 80% em Natal, 78% em Fortaleza).

Na variação mensal temos para Macau de janeiro a março 65%, subindo a 70% em abril, e caindo de novo a 65% em maio e junho, 60% em julho e 55% de agosto a outubro, até voltar a 60% em novembro e dezembro. A região de Natal é mais úmida, 75% a 80% de janeiro a março, e 80% a 85% de abril a agosto, retornando a 75% a 80% de setembro a dezembro.

A zona de Fortaleza se apresenta com 75% a 80% de janeiro a julho, e 70% a 75% de agosto a dezembro.

9) — *Direção do Vento* — sopra na média anual de SE em Natal, E em Macau e ESE em Fortaleza. O quadro acima descrito também se verifica de janeiro a abril, mas em maio começa uma rotação geral para S, com médias de SSE em Natal, SE em Macau e Fortaleza, aspecto que se mantém durante junho e julho.

Em agosto reaparece uma situação semelhante à anual, o mesmo se podendo dizer de setembro. Já outubro, novembro e dezembro apresentam ESE em Natal e Fortaleza, mas ENE em Macau. A rosa dos ventos para Macau revela na média anual direções mais frequentes de

SE (40%) depois NE (35%) e E (23%). São raras as de S e as demais quase inexistentes.

Em janeiro, NE é mais frequente (50%), seguindo-se E (20%) e SE (22%).

Fevereiro pouco difere, já com alguns ventos de S.

Março NE diminui, e SE se apresenta mais vezes, condição esta reforçada em abril.

Maio já temos 50% de E, 15% de NE e 12% de S.

Junho é semelhante, e julho tem 55% de SE, 20% de E e 15% de NE, contra 10% de S. Não há quase variação em agosto, mas setembro vem reduzir o SE, voltando em outubro o predomínio de NE (45%) sobre os demais ventos E (25%) e SE (25%).

Em novembro — domina bastante NE (60%), havendo 20% de E e 20% de SE, quadro semelhante ao de dezembro.

Por constituir um fator fundamental na evaporação, demos a taxa de calmarias; estas, como seria de esperar, são raras na zona salinizada, abaixo de 20% na média anual, e apenas mais frequentes em março e abril, com 20% de probabilidade.

10) — Passando por alto sobre outros fenômenos, pode-se dizer que Macau apresenta por ano 60 dias de nevoeiro, 30 de trovoadas, 20 de névoa, menos que 30 de orvalho e 5 de ventania.

11) — *Dias Claros* — No total do ano, temos 90 dias em Fortaleza e somente 30 em Natal, crescendo ao máximo de 150 na região de Macau a Aracati. Nesta pode-se esperar grosso modo 12 dias claros em janeiro, mas somente 6 em fevereiro, março, abril ou maio, e novamente 9 a 12 em junho. Julho apresenta 12 dias em Macau e 18 em Aracati, contra 15 em Macau e 24 em Aracati no decorrer de agosto. De setembro a novembro há respectivamente 15 a 18, declinando em dezembro a 12 e 15 nos mesmos locais.

12) — *Dias encobertos* — são em número anual de 30 para Macau, o mesmo se podendo dizer de Natal e Fortaleza. Mais frequentes no início do ano em Macau, quando se pode esperar 4

dias em janeiro ou fevereiro, 6 em março ou abril, declinam a 3 em maio, junho ou julho 0 de agosto a novembro e 2 em dezembro.

13) — O número anual de dias quentes (máxima acima de 25°) é de 240 em Aracati, crescendo a 360 em Macau, Natal e Fortaleza. Já o de noites quentes (mínima acima de 20°) é de 180 em Aracati, 300 em Fortaleza, 360 em Macau e 330 em Natal.

14) — Pela releitura dos fatores da evaporação: maior temperatura, maior insolação, menor umidade, maior velocidade do vento, menor chuva, se poderá justificar a intensa evaporação local e a sua marcha anual, embora registradas com instrumento pouco preciso (Piché). No total do ano é superior a 1.800 mm a evaporação no litoral, desde o cabo de S. Roque até Aracati, declinando a 1.600 mm em Natal e 1.200 mm em Fortaleza. Para Macau temos: 180 mm em janeiro, 160 em fevereiro, 130 em março, 160 em abril, 200 em maio, 240 em junho, 220 em julho, 270 em agosto, 260 em setembro, 240 em outubro, e também novembro, 220 em dezembro. Assim a maior produção de sal deverá ocorrer no 2.º semestre.

15) — *Deficit de saturação* — as 15 horas é de 18 mb em janeiro, caindo a 10 em fevereiro e 8 em março. Sob a 16 mb em abril, cai a 8 em maio, junho e julho, voltando a 16 em agosto, 20 em setembro e outubro, 16 em novembro e dezembro.

Na média anual temos 16 mb em Macau, 12 em Natal, 20 em Fortaleza.

16) — A chuva média diária em Macau, de 8 mm para janeiro e fevereiro, sobe a 12 em março e abril, recaindo a 8 em maio, 4 em junho, julho e agosto, 0 em setembro, 3 em outubro, novembro e dezembro. Na média anual, temos 8 mm por dia em Macau ou Natal, e 12 em Fortaleza.

17) — A relação evaporação por precipitação é na média anual de 600% no litoral, desde Natal até o meridiano 36°W, caindo a 400% em Macau, 250% em Aracati em 80% em Fortaleza. Já a diferença evaporação — chu-

va é de 1.500 mm em Aracati; em Fortaleza o valor já se torna negativo, — 250 mm.

18) — Será conveniente analisar a variação horária da umidade: no litoral, às 7 horas da manhã, temos 75% de Macau a Aracati, crescendo a 85% em Natal e Fortaleza, tudo em janeiro. Já em abril registra-se 80% na zona salina, de Macau a Aracati, e 90% em Natal ou Fortaleza. Julho apresenta 90% em toda a região, e outubro 80% também no conjunto da faixa estudada. A média anual é de 85% em toda a zona.

As 14 horas temos em janeiro 65% de Macau a Fortaleza, crescendo para leste até 75% em Natal. Abril apresenta 75% em todo o litoral, e julho 65% em Macau, crescendo a 75% em Natal e 70% em Fortaleza.

Outubro revela grande variação: 55% em Fortaleza, e Macau, 50% em Aracati, crescendo para leste até 70% em Natal. Na média anual temos 60% de Macau a Fortaleza e 70% em Natal.

19) — Numa apreciação sintética do clima podemos dizer que o trimestre mais chuvoso de Fortaleza a Macau é fevereiro, março e abril, passando a março, abril e maio de Macau ao cabo S. Roque e abril, maio e junho em Natal.

O trimestre mais seco é agosto, setembro e outubro de Fortaleza ao limite com o R. G. do Norte, passando a setembro, outubro e novembro sobre Macau e arredores, e outubro, novembro e dezembro em Natal.

Quanto à temperatura, o trimestre quente é novembro, dezembro e janeiro de Fortaleza a Macau, dezembro, janeiro e fevereiro daí até o cabo S. Roque e janeiro, fevereiro e março em Natal.

O mais frio, junho, julho, agosto, em todo o litoral.

20) — *Classificação de Kappen* — Na zona salina, do limite cearense ao meridiano 36°W temos um clima seco, B. Já no próprio Ceará, de Aracati a Fortaleza, um clima tropical chuvoso A, o mesmo ocorrendo no litoral leste de S. Roque a Natal.

BOMBAS HIDRÁULICAS

DANCOR

INDÚSTRIA BRASILEIRA



CENTRÍFUGAS

- Com motores elétricos monofásicos de 1/4 a 1 H.P. trifásicos de 0,75 a 5 H.P.
- Com motores a gasolina auto-aspirante de 1. 1/4 H.P. alta pressão de 1. 1/2 a 5. 1/2 H.P.

A VENDA NAS BOAS CASAS

Fabricadas e garantidas pela

DANCOR S. A. INDÚSTRIA MECÂNICA

Caixa Postal, 5.090 — End. Teleg. "Dancor" — Rio de Janeiro

Ambos diferem porém nas variedades: o Ceará é tropical com chuva no outono AW', e Natal de verão seco, As.

Na zona B temos mais a oeste, de Macau ao Ceará,

clima seco e muito quente de steppe, com chuvas de outono B SW'h', apresentando a estreita faixa a leste de Macau o tipo BSs'h', seco e muito quente de seteppe, com chuvas de outono.

Expedição Sueca Para Estudo de Algas Marinhas

ESTOCOLMO (SIP) — Algas marinhas e fundos do Mediterrâneo, serão objeto de estudos por parte de um grupo de cientistas da Universidade de Uppsala, os quais deixaram Gotemburgo a bordo do navio pesqueiro "Sunbeam" em meados de abril, para uma expedição que durará três meses.

Espera-se que o grupo, do qual fazem parte 15 cienti-

tas, liderados pelo D. Mats Waern, trará novos conhecimentos sobre a matéria, com possibilidades de descobrimento de novas espécies. Será dada particular importância a um certo tipo de alga que se apegam à areia e pedregulhos, e que existe também na província sueca de Bohuslan, onde o n.º alga conhecida é superior a 360.

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICA AGRÁRIA

Integra da Lei Delegada n.º 11, de 11 de outubro de 1962, que cria a Superintendência de Política Agrária e dá outras providências

O Presidente da República:

Faço saber que, no uso da delegação constante do Decreto Legislativo n.º 11, de 12 de setembro de 1962, decreto a seguinte lei:

1.º. O Serviço Social Rural, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, o Conselho Nacional de Reforma Agrária e o Estabelecimento Rural do Tapajós passam a constituir a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), entidade de natureza autárquica, instituída por esta lei, com sede no Distrito Federal, subordinada ao Ministério da Agricultura.

§ 1.º. As atribuições, o patrimônio e o pessoal dos órgãos referidos neste artigo são transferidos à SUPRA, cabendo a seu Presidente designar, para cada um deles, um Administrador que se incumbirá de executar as providências determinadas neste artigo.

§ 2.º. As atribuições do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, no tocante à seleção de imigrantes, passarão a ser exercidas pelo Ministério das Relações Exteriores, por seus órgãos normais de representação, segundo as diretrizes fixadas pela SUPRA, cabendo ao Departamento de Colonização e Migrações Internas da SUPRA promover a recepção e o encaminhamento aos imigrantes.

Art. 2.º. Compete à SUPRA colaborar na formulação da política agrária do país, planejar, promover, executar e fazer executar; nos termos da legislação vigente e da que vier a ser expedida, a reforma agrária

e, em caráter supletivo, as medidas complementares de assistência técnica, financeira, educacional e sanitária bem como outras de caráter administrativo que lhe venham a ser conferidas no seu regulamento e legislação subsequente.

Parágrafo único. Para o fim de promover a justa distribuição da propriedade e condicionar o seu uso ao bem-estar social, são delegados à SUPRA, na forma da legislação em vigor.

Art. 3.º. A SUPRA será dirigida por um Conselho de Administração, constituído de um Presidente e quatro Diretores, o qual funcionará como órgão colegiado, decidindo por maioria de votos.

§ 1.º. Os membros do Conselho de Administração serão de livre nomeação do Presidente da República e exercerão suas funções em regime de tempo integral.

§ 2.º. O Presidente do Conselho de Administração terá remuneração equivalente à de Subsecretário de Estado e os diretores, a correspondente ao Símbolo — 2-C.

§ 3.º. O mandato dos membros do Conselho de Administração será de três anos, podendo ser renovado.

Art. 4.º. Compete ao Presidente representar legalmente a SUPRA, presidir as reuniões do Conselho de Administração e promover a execução das medidas decorrentes de suas deliberações, além das providências de caráter administrativo inerentes ao cargo.

Art. 5.º. A SUPRA terá a seguinte estrutura técnico-administrativa:

a) Departamento de Estudos e Planejamento Agrário;

b) Departamento de Colonização e Migrações Internas;

c) Departamento de Promoção e Organização Rural;

d) Departamento Jurídico;

e) Secretaria Administrativa.

§ 1.º. Cada um dos Departamentos será dirigido por um membro do Conselho de Administração, na conformidade dos respectivos atos de nomeação.

§ 2.º. O Secretário Administrativo será de livre nomeação do Presidente da SUPRA.

Art. 6.º. Passam a constituir o patrimônio da SUPRA:

a, as terras de propriedade ou sob a administração do Instituto Nacional de Imigração e Colonização;

b) as terras de propriedade do Estabelecimento Rural do Tapajós;

c) as terras que pertençam ou que passem ao domínio da União, as quais sirvam para a execução de plano de colonização;

d) as terras que desapropriar ou que lhe forem doadas pelos governos estaduais municipais, entidades autárquicas e particulares;

e) o acervo do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, do Serviço Social Rural e do Estabelecimento Rural do Tapajós;

f) os resultados positivos da execução orçamentária.

Art. 7.º. Constituem recursos da SUPRA:

a) o produto da arrecadação das contribuições criadas pela lei número 2.613 de 23 de setembro de 1955;

b) quinze por cento (15%) da receita do Fundo Federal Agropecuário, a que se refere o Decreto Legislativo n.º 11, de 12 de setembro de 1952;

c) as dotações que constarão, anualmente, no orçamento da União;

d) as contribuições de governos estaduais, municipais ou de outras entidades nacionais ou internacionais;

e) as rendas de seus bens e serviços;

f) rendas eventuais.

Art. 8.º Parte dos recursos da SUPRA será aplicada em serviços de extensão rural e de assistência social aos trabalhadores rurais, diretamente ou através de convênios com entidades públicas ou privadas.

Art. 9.º A aplicação dos recursos destinados à prestação dos serviços referidos no artigo anterior será disciplinada por um Conselho Deliberativo, cujas composição e atribuições constarão de regulamento.

Parágrafo único. Do Conselho Deliberativo farão parte, obrigatoriamente, 1 (um) representante da Confederação Rural Brasileira e outro dos trabalhadores rurais.

Art. 10. As dotações orçamentárias consignadas ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização, ao Serviço Social Rural, ao Estabelecimento Rural do Tapajós e ao Conselho da Reforma Agrária serão aplicadas pela SUPRA, até que ajustadas à discriminação orçamentária própria.

Art. 11. As iniciativas e operações a cargo da Carteira de Colonização do Banco do Brasil S. A., criada pela lei n. 2.237, de 19 de junho de 1954, passarão a ser exercidas em cooperação com a SUPRA, visando, obrigatoriamente, à execução do plano básico de reforma agrária ou de projetos específicos que forem aprovados pela SUPRA.

Art. 12. O Banco Nacional de Crédito Cooperativo criado pela Lei n. 1.412, de 13 de agosto de 1951, se articulará, obrigatoriamente, com a SUPRA para o efeito de elaborar seus programas anuais de operações de crédito, observadas as prioridades que couberem, tendo-se em vista a execução do plano básico de reforma agrária.

Art. 13. A SUPRA, mediante convênios firmados com os Estados, Territórios Federais, Municípios e os estabelecimentos de crédito oficial, poderá participar de empreendimentos regionais e locais visando à execução de projetos específicos de reforma agrária e promover



MOTO POLVILHADEIRA

POLVILHAÇÃO PULVERIZAÇÃO NEBULIZAÇÃO



Combate às pragas da Lavoura e dos Animais

Distribuidores exclusivos:

SOCIEDADE COMERCIAL E INDUSTRIAL
LASEC LTDA.

Av. Rio Branco, 85 - 16.º andar - ss/1601 e 1602

Tels.: 23-0913 e 23-2101 — Rio de Janeiro

a constituição de empresas estatais ou de economia mista, de cujos capitais participará como majoritária.

Art. 14. A SUPRA não poderá depender com pessoal importância superior a cinco por cento (5%) de seu orçamento de receita.

Art. 15. Os servidores públicos, inclusive das autarquias, bem como de sociedades de economia mista poderão, mediante autorização do Poder Executivo, servir à SUPRA, sem prejuízos de vencimentos, direitos e vantagens.

Art. 16. São extensivos à SUPRA os privilégios da Fazenda Pública no tocante à cobrança dos seus créditos e processos em geral, custas, juros, prazos de prescrição, imunidade tributária e isenções fiscais.

Art. 17. O Poder Executivo regulará esta Lei no pra-

zo de sessenta dias, contados da sua publicação.

Art. 18. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 11 de outubro de 1962, 141.º da Independência e 74.º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

João Mangabeira

Pedro Paulo de Araújo

Suzano

Amaury Kruehl

Miguel Calmon

Hélio de Almeida

Renato Costa Lima

Darci Ribeiro

João Pinheiro Neto

Reinaldo de Carvalho

Filho

Eliseu Pagliotti

Octavio Augusto Dias Car-

neiro

Eliezer Batista da Silva

Celso Monteiro Furtado.

À CLASSE RURAL

TEMAS E SUGESTÕES

ARRUDA CÂMARA

353

AINDA O LACRE

LACRE BRANCO; Entre os Lacs brancos cita o Professor Renato Braga os seguintes:

1 — *Miconia albicans* Trins (*Malatons albicans* Swarts) da América tropical a S. Paulo, conhecida por Canela de Velho no Estado da Bahia, Olho de Porco no Estado de São Paulo.

2 — *Niconia encidophana* Naud DC, Ocorre na América tropical.

3 — *Niconia prasina* DC. (*Melastoma prasina* Swart). Ocorre na América tropical, inclusive nas Antilhas.

4 — **LACRE VERMELHO.** *Vignia cearense* Hub. da família das Clusiaceas (Gutíferas).

Arbusto da chapada e quebradas da Serra do Baturité, cujas as tes e frutos produzem um suco resinoso, amarelo-avermelhado ou alaranjado. Fornece varas para cercas e pequenos cámbros.

Com o mesmo nome e propriedades se conhece a *Vignia guaranguê* Hub., crescendo igualmente na Serra do Baturité.

354

QUIXABEIRA

Arvore cientificamente denominada *BRUMELIA SANTORUM* Mart. família Sapotáceas.

Arvore de 10/15 metros de altura, armada de fortes espinhos tendo as extremidades da ponta dos galhos pendentes alternas, simples, inteiras, coriáceas. Flores perfumadas. Bagas de coloração roxo-escuro, quase negra, quando maduras. Frutos comestíveis. Madeira para construção civil e para tórno.

Cascas adstringentes.

Ocorre do Piauí até o Norte de Minas Gerais.

Conhecida por **ROMPE-GIBÃO**, em diversos Estados.

355

PUPUNHA

Palmeira amazônica, cujos frutos, vermelhos ou amarelos quando maduros, às vezes sem sementes, constituem excelentes manjar, cozidos ou embebidos no mel dá alto valor nutritivo e gosto agradável.

356

INDÚSTRIA RURAL

É aquela que permite a industrialização (transformação) dos produtos da lavoura e da pecuária. Não confundir com o beneficiamento, peneiração, limpeza, etc.

Exemplos: açúcar, rapa-

dura, aguardente e álcool; o produto de onde se extrai é a cana. Do milho se extrai o "mucunzá", a cangica, a cangiquinha, o fubá, além de outros produtos.

357

CHACARA

Chácara — habitação junto à cidade onde se cultivam hortaliças e frutas.

O cultivo é feito pelo próprio dono e sua família.

Por extensão diz-se em relação aos pequenos animais, como aves e porcos.

358

GRANJA

Pequena propriedade rural onde se explora a lavoura e criação, aproveitando-se ao máximo toda a área.

359

SÍTIO

Pequena propriedade rural, de cultura variada.

Nela se exploram a lavoura e a pecuária, por seu dono e familiares.

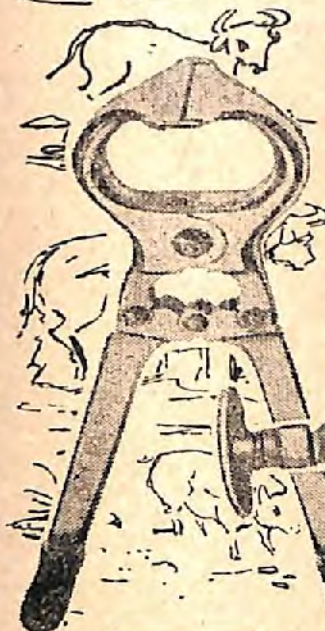
360

AGRESTES

Assim descreve Lutzemburgo os AGRESTES:



Agrestes no alto rio Gurgueia, invadidos de elementos da Caatinga, próximo a Jacaré, Piauí-central. No primeiro plano, à direita, uma Carnaúba encostada à densa Caatinga, à esquerda, arbustos da Caatinga, orlando paus altos dos Agrestes *Hymenaea* e *Bowdichia*.



registro industrial 1970



PAT.

torquezes **BURDIZZO** e seringas **TEXAS**

**indispensáveis
a qualquer criador.**

Com os legítimos torquezes BURDIZZO italianos a operação de castrar é muito mais segura e eficiente, não produzindo hemorragias nem feridas nos animais, evitando bicheiras ou infecções

As seringas veterinárias TEXAS, são confeccionadas com matéria prima de grande resistência com micrométrica precisão, e com tubos de vidro de grosso calibre. Isto é garantia de longa durabilidade e perfeitissimas injeções.

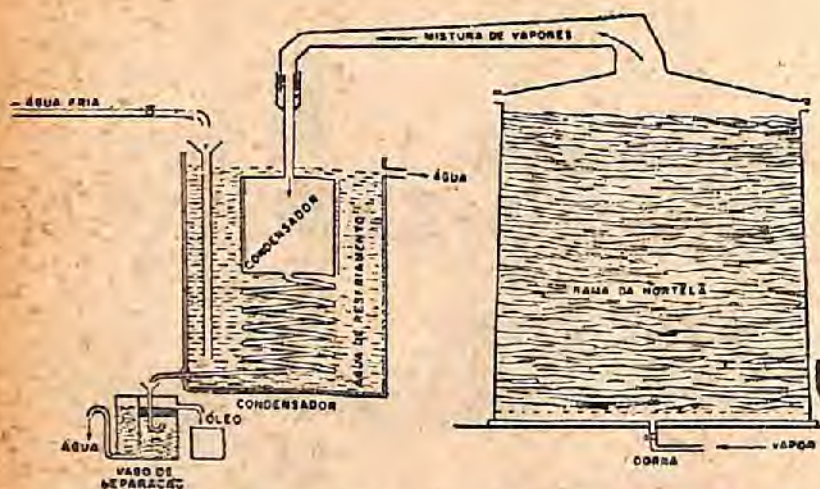


Com as seringas TEXAS e os torquezes BURDIZZO, você assegura a qualidade e a vitalidade do rebanho.

Distribuído por

**Herman Josias S.A.
indústria e comércio**

Caixa Postal. 3493 Rio de Janeiro - GB.



Esquema de um alambique de destilação de folhas de menta

Segue-se a este processamento básico o da obtenção do mentol. O óleo de hortelã, por resfriamento a baixa temperatura, transforma-se em mentol cristalizado em agulhas finas e óleo desmentolado, ambos de grande utilização na indústria de cosméticos e, mais recentemente, as de cigarros.

Atualmente, considerando-se um rendimento médio de 80 kg de mentol por hectare, pode-se estimar a produção nacional em 640 t anuais, sendo 67% em São Paulo e 33% na Guanabara.

Em 1960 as nossas exportações de mentol elevaram-se a 346 t, apresentando uma receita de dividas da ordem de 4 milhões de dólares, sendo os nossos principais compradores os Estados Unidos (67%), a Inglaterra (14%), a Índia e a Alemanha (no seu conjunto 19%).

Uma vez resolvido o problema da determinação de uma variedade resistente e produtora de óleo de alto teor, as nossas exportações passaram a apresentar uma tendência ascendente e responsável por quase todo o escoamento da produção interna. A partir dos últimos anos, entretanto, com a expansão do consumo doméstico, as expressões quantitativas de nossas vendas aos mercados exteriores têm decrescido, tendência que vem sendo mais do que compensada pela elevação das cotações internacionais, as quais de um nível relativamente estável em US\$ 9,00/kg em 1958-59, subiram a US\$ 11,50/kg em 1960.

"Os agrestes não formam matas no sentido psicológico e ecológico geral, se considerarmos a luz e a umidade.

A luz é fator do alçamento das árvores e a umidade produz o viço das espécies.

A luz chega aos componentes por todos os lados, porque estando as árvores distanciadas os galhos laterais se aproveitam dela com o máximo vigor".

361

MENTOL

A "mentha arvensis", variedade de erva aromática de onde se extrai o mentol, é cultivada no Brasil em cerca de 12 mil hectares, quase que exclusivamente localizados no Paraná. Durante a última guerra mundial, o mundo ocidental, impossibilitado de se abastecer no Japão, então o maior produtor, encontrou nas plantações brasileiras a sua principal fonte de suprimento. Em 1945, entretanto, uma vez normalizada a situação com a volta do Japão aos mercados internacionais, as vendas brasileiras sofreram forte e brusca contração (crise da hortelã), que determinou, juntamente com a deficiência da variedade cultivada, a fuga dos produtores para outros setores mais rentáveis.

Nos anos posteriores o Instituto Agrônomo de Campinas realizou uma série de estudos que resultaram em uma nova variedade, bem mais produtiva do que a primeira trazida pelos colonos aponeses e de maior teor de óleo do que a "mentha piperita" cultivada nos Estados Unidos, que nos trouxe novamente a posição de líderes mundiais na produção de mentol.

A colheita da menta é feita quando o florescimento está adiantado, fase que corresponde ao máximo teor de mentol em seu óleo.

Nas plantações onde são adotadas normas agrônomicas modernas uma planta pode durar cerca de 4 anos e permitirá até 3 cortes anuais. Terminada a colheita, as folhas são deixadas no próprio campo até ficarem semi-murchas, sofrendo, em seguida, um processo de destilação em alambique simples.

De um modo geral, o processo de obtenção do óleo obedece a sequência mostrada na foto que ilustra este artigo: 1) as folhas são depositadas em uma dorna, onde se introduz vapor; 2) este vapor impregnado dos elementos químicos da menta são dirigidos para um condensador, de onde se obtém o óleo de hortelã.

362

EX-LIBRIS



Ao encerrarmos essas notas juntamos o Ex-libris que serve para marcar os livros de minha biblioteca particular.

FUNDO FEDERAL AGRO-PECUÁRIO

DECRETO LEGISLATIVO N. 11, DE 1962

Delega ao Poder Executivo poderes para decretar lei criando um fundo de natureza contábil denominado Fundo Federal Agropecuário (FFAP) e estabelece os limites e condições da delegação.

Art. 1.º São delegados ao Poder Executivo, com fundamento no art. 22, parágrafo único, do Ato Adicional, e na forma dos arts. 10, parágrafo único, e 30 e 31 da Lei Complementar ao mesmo Ato, de 17 de julho de 1962, os poderes necessários para decretar lei criando um fundo de natureza contábil denominado Fundo Federal Agropecuário (FFAP), observados os limites e condições seguintes estabelecidos nos artigos seguintes:

Art. 2.º O FFAP terá a seguinte destinação:

- I — Ampliar a ação dos serviços técnicos do Ministério da Agricultura, incrementando os trabalhos de pesquisa, experimentação, extensão e fomento com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agropecuárias.
- II — Ampliar a ação dos órgãos e serviços responsáveis pelo beneficiamento, industrialização, estocagem e distribuição dos produtos agropecuários, objetivando sua preservação e propiciando melhor abastecimento aos grandes centros de consumo.

Art. 3.º Para melhor consecução desses objetivos, o Conselho do FFAP poderá celebrar convênios e acordos com órgãos federais e estaduais especializados e com os Governos dos Esta-

dos, transferindo-lhes parte de seus encargos.

Art. 4.º As fontes de receita do Fundo Federal Agropecuário terão a seguinte procedência:

- I — três por cento (3%) da renda tributária da União;
- II — dotações orçamentárias previstas para esse fim, nos orçamentos da União, ou oriundas de créditos especiais com essa destinação;
- III — contribuições de governos estaduais e municipais e de autarquias;
- IV — contribuições voluntárias de pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado, tanto nacionais como estrangeiras;
- V — contribuições de acordos, convênios e ajustes internacionais, firmados pelo Brasil para o incremento à agricultura, à pecuária e outros fins;
- VI — taxas de qualquer natureza, previstas na legislação vigente do Ministério da Agricultura, para prestação de serviços ou outros fins;
- VII — rendas próprias de qualquer natureza arrecadadas por órgãos subordinados ao Ministério da Agricultura;
- VIII — juros de depósitos ou operações de crédito e financeiras de qualquer natureza;

IX — emolumentos cobrados pela realização de serviços extraordinários de inspeção sanitária, animal e vegetal, e por patrulhas aéreas, e de motomecanização, expurgo e re-expurgo de vegetais de quaisquer locais;

X — multas previstas em leis e regulamentos sobre atividades pertinentes aos diferentes órgãos do Ministério da Agricultura;

XI — outras receitas que legalmente lhe possam ser incorporadas.

Parágrafo Único — No exercício de 1962 o FFAP será instalado e mantido com verba originada de operações de crédito realizadas pelo Poder Executivo no montante de 5 bilhões de cruzeiros.

Art. 5.º O FFAP será administrado por um Conselho composto de cinco membros, sob a Presidência do Ministro da Agricultura, seu membro nato, e mais os seguintes:

- 1) um membro, engenheiro agrônomo, dos Quadros do Ministério da Agricultura, de notórios conhecimentos técnicos;
- 2) um membro indicado pela Confederação Rural Brasileira;
- 3) dois membros indicados pelo Ministro da Agricultura, de notórios conhecimentos técnicos e de economia.

Art. 6.º A lei delegada fixará os vencimentos dos membros do Conselho do FFAP.

Art. 7.º Os poderes delegados estarão contidos nos seguintes itens:

- I — estimular as atividades do Ministério da Agricultura;
- II — simplificar a atuação dos órgãos técnicos do Ministério da Agricultura responsáveis pelo desenvolvimento agropecuário;
- III — realizar os trabalhos de pesquisa, experimentação, e extensão, devidamente en-

trosados em benefício da produtividade agropecuária;

IV — criar condições para que a produção agropecuária brasileira tenha expressão econômica, com vistas ao abastecimento interno e ao comércio de exportação;

V — as receitas originárias das fontes a que se refere o artigo anterior, constituirão o Fundo Federal Agropecuário e serão, conforme o caso:

- a) as dotações orçamentárias transferidas ao Banco do Brasil S. A. até o dia 31 de janeiro de cada ano, independente de registro do Tribunal de Contas;
- b) as provenientes de rendas, taxas diversas, multas e emolumentos por serviços extraordinários realizados de inspeção sanitária e por patrulhas aéreas e motorizadas, expurgo e reexpurgo, serão recolhidas pelas alfândegas, recebedorias, coletorias federais ou quaisquer repartições arrecadadoras, o Banco do Brasil S. A. ou suas agências, no prazo máximo de oito dias, mediante guia;
- c) as procedentes de outras fontes serão depositadas no Banco do Brasil S. A. ou suas agências, como as demais, na conta especial do Fundo Federal Agropecuário.

§ 1.º Os recursos arrecadados nos termos deste artigo ficarão no Banco do Brasil S. A., na conta especial do Fundo Federal Agropecuário à disposição do Ministério da Agricultura que os movimentará e utilizará consoante o disposto na presente lei e na regulamentação a ser expedida.

§ 2.º Os saldos do Fundo Federal Agropecuário verificados no Banco do Brasil S. A., inclusive nas Agências, no fim de cada exercício, serão transferidos para a conta do ano seguinte.

VI — O Fundo Federal Agropecuário será

aplicado no fomento às produções animal e vegetal, de acordo com os programas de trabalho dos órgãos a que se refere o art. 1.º, como se segue:

- a) na realização e ampliação de pesquisas, investigações e trabalhos experimentais e científicos em todos os setores de atividades dos respectivos estabelecimentos agropecuários;
- b) na implementação dos resultados das pesquisas e em trabalhos de desenvolvimento da produção agropecuária;
- c) na divulgação dos resultados das pesquisas, trabalhos experimentais e atividades extensionistas;
- d) na prestação de assistência técnica aos agricultores e criadores nas propriedades rurais;
- e) na prestação de assistência tecnológica às indústrias de produtos de origem animal e vegetal;
- f) na inspeção industrial e sanitária e na classificação dos produtos de origem animal e vegetal e suas matérias-primas;
- g) no combate a doenças e pragas que atacam os animais e as plantas;
- h) na criação e multiplicação de reprodutores de alto valor zootécnico;
- i) na realização de pesquisas econômico-financeiras de interesse agropecuário, bem como, no levantamento de custos de produção e da rentabilidade obtida;
- j) na fiscalização de estabelecimentos ou locais de interesse para agricultura e pecuária, prevista na legislação vigente;
- k) no aparelhamento dos órgãos do Ministério da Agricultura que realizem trabalho de pesquisa, experimentação, e extensão e fiscalização agropecuária;
- l) no contrato de técnicos nacionais e estrangeiros, bem como, pessoal assalariado para execução de trabalhos não espe-

cializados, regendo-se uns e outros pela legislação aplicável à espécie;

- m) na realização de cursos de treinamento e aperfeiçoamento para servidores que desempenham atividades em órgãos oficiais, em propriedades agropecuárias e nas indústrias correlatas, nos setores da pesquisa, experimentação e extensão;
- n) na aquisição de material, tanto permanente como de consumo ou de transformação e no conserto e recuperação de equipamento, de interesse do desenvolvimento agropecuário;
- o) na construção ou aquisição e imóveis e instalações estíneas à realização e pesquisa, investigações e trabalhos experimentais, científicos e técnicos, bem como de desenvolvimento das produções animal e vegetal;
- p) na pagamento de despesas com a movimentação de pessoal e serviços extraordinários;
- q) na representação em reuniões, congressos, conferências, e em missões de estudo, tanto no país como no estrangeiro;
- r) no aparelhamento de, digo, e ampliação de bibliotecas;
- s) na concessão de prêmios a técnicos que mais se distinguirem;
- t) na elaboração de motivos educativos de interesse técnico e científico ou de divulgação dos meios agropecuários;
- u) na realização de despesas gerais com outras atividades que facultem a atuação dos órgãos e dos técnicos na execução dos seus programas de trabalho previstas na regulamentação a que se refere o artigo 11 desta lei;
- v) nas atividades dos órgãos e serviços responsáveis pelo beneficiamento, industrialização, estocagem e distribuição dos produtos agropecuários, objetivando sua preservação e propiciando melhor abasteci-

mento aos grandes centros de consumo.

VII—Compete ao Conselho do Fundo Federal Agropecuário:

- a) Administrar permanentemente o Fundo Federal Agropecuário;
- b) disciplinar e fiscalizar a arrecadação da receita, promovendo o seu recolhimento ao Banco do Brasil S.A.;
- c) aprovar até o dia 30 de novembro de cada ano, os programas de trabalho dos diferentes órgãos a que se refere o artigo 2.º que devam ser custeados pelo Fundo Federal Agropecuário;
- d) elaborar plano de trabalho do Ministério da Agricultura, com base nas disponibilidades do Fundo Federal Agropecuário, submetendo ao Ministro de Estado para aprovação até o dia 15 de dezembro de cada ano;
- e) resolver sobre a aceitação de contribuições particulares ou oficiais, tendo em vista as condições apresentadas;
- f) promover, pelos meios legais, o desenvolvimento do Fundo;
- g) examinar, julgar e aprovar, as contas que lhe forem apresentadas referentes aos planos e programas de trabalho executados;
- h) elaborar, dentro de sessenta (60) dias, o regimento interno do Conselho a ser aprovado pelo Ministro de Estado;
- i) coordenar as atividades dos diferentes órgãos do Ministério da Agricultura;
- j) promover entrosamentos com as Secretarias de Agricultura Estaduais e com órgãos congêneres visando a celebração de acordos, convênios ou ajustes que possibilitem o melhor aproveitamento de recursos na execução de programas de trabalho em proveito da agricultura e da pecuária;
- k) estabelecer, de acordo com os recursos disponíveis, para a execução das atribuições a que se



refere o artigo 8.º e tendo em vista as regiões geo-econômicas agrícolas e pecuárias e o zoneamento das respectivas produções, tratamentos prioritários, face a exigências de abastecimento interno e do comércio de exportação;

- l) exercer outras atividades que forem previstas na regulamentação da presente lei e no regimento interno do Conselho.

Parágrafo Único — O Conselho do Fundo Federal Agropecuário terá uma secretaria dirigida por um Secretário Executivo designado pelo Ministro de Estado e integrada com servidores dos órgãos a que se refere o artigo 2.º.

VIII—Para realização dos trabalhos de extensão rural poderá ter instituído o regime

de cooperação entre o órgão técnico interessado e as Pre-

IX—O Plano de Trabalho do Ministério da Agricultura, elaborado com os recursos do Fundo Federal Agropecuário, será submetido, pelo Ministro de Estado, à aprovação do Presidente do Conselho de Ministros, até o dia 31 de dezembro de cada ano.

X—Os recursos do Fundo Federal Agropecuário, resultantes de receita proveniente de taxas, rendas e multas, serão adjudicados aos órgãos indicados no artigo 1.º para execução dos programas de trabalho a que se refere o item

(Continua na pág. 43)

Convênio CR - SNA

CENTRO COOPERATIVO DE TREINAMENTO AGRÍCOLA

Foram ontem entregues aos rapazes que, dentro dos planos do Convênio entre o Conselho Regional do S.S.R. da Guanabara e a Sociedade Nacional de Agricultura, terminaram o estágio dêste ano na Cooperativa Escolar de Produção e Comércio "Arruda Câmara", em torno da qual giram as atividades do Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola.

Dos 20 internos, — a partir de março — os mais antigos, 8 receberam certificados de aproveitamento nas seguintes atividades agrícolas, devidamente orientados pelo Eng.^o Agr.^o Subael Magalhães da Silva: Horticultura (31 projetos); Suinocultura (4 projetos); Avicultura (4 projetos); Indústrias Rurais (5 projetos); Organização Cooperativista (1 projeto).

A nota de maior interesse foi a distribuição do "retorno" aos cooperados — de acordo com o número de horas que deram ao trabalho, havendo rapazes que receberam mais de Cr\$. 13.000,00, no total de Cr\$. 129.414,20.

Essa modalidade de ensino na Guanabara teve assim a sua primeira experiência, e com grande sucesso, como se vê, se considerarmos que, pelo menos dois desses rapazes já saíram dali empregados em estabelecimentos agrícolas, pelas aptidões reveladas durante oito meses de ensino prático e intensivo no Centro Cooperativo de Treinamento Agrícola. (Veja quadro na página seguinte).



O Diretor da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" e Executor do Convênio entre o SSR da Guanabara e a Sociedade Nacional de Agricultura, entrega o certificado de aproveitamento ao Cooperado Jorge Santana à sua esquerda, o Diretor do CCTA prepara-se para a entrega do "retorno" a que fez jus o dito Cooperado durante o período de março a dezembro de 1962.



Mesa que presidiu os trabalhos da sessão de entrega de certificados dos cooperados do CCTA: da esquerda para a direita Donald Carvalho da Paixão, Presidente da Cooperativa da Produção e Consumo "Arruda Câmara"; João Tanajura Vieira, Técnico Agrícola, Luiz Marques Poliano, Diretor da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" e Executor do Convênio CR-SNA; Eng. Agr. Subael Magalhães da Silva, Diretor do CCTA; Almyr Delicio Mozer, ex-aluno da "Wenceslão Bello" e Técnico do CCTA; Jorge de Santana, Tesoureiro da Cooperativa Arruda Câmara.

COOPERATIVA ESCOLAR DE PRODUÇÃO E CONSUMO "ARRUDA CAMARA"

COOPERADO

	A receber	A descontar	Líquido
1 — Adeli Rodrigues	8.121,96	1.111,66	7.010,30
2 — Abimaél Soares da Silva	8.435,20	1.616,66	6.818,54
3 — Celso de Melo Alves Sobrinho	7.992,04	2.326,66	5.665,38
4 — Carlos da Silva	8.180,56	1.191,66	6.988,90
5 — Douglas Cardoso Barbosa	9.235,36	3.159,66	6.075,70
6 — Donaldinho Carvalho da Paixão	10.683,64	1.706,66	8.976,98
7 — Elias Braga	7.325,00	2.739,66	4.585,34
8 — Francisco Evangelista de Abreu	11.110,56	1.506,66	9.603,90
9 — Jorge de Santana	6.153,00	1.493,66	4.659,34
10 — José Nazareno Targueta	5.538,40	56,06	5.482,34
11 — João Vicente Bahia	4.984,12	1.042,00	3.942,12
12 — Silvio Gabriel	7.818,00	926,66	6.891,34
13 — Adjarbas Gouvêa	3.140,96	—	3.140,96
14 — Demétrio Luiz Cordeiro	1.868,96	156,06	1.712,90
15 — Josué Santana Ferreira	3.109,24	156,66	2.952,58
16 — Ilton de Lemos	2.953,42	2.403,66	549,76
17 — Manoel Arthur Lins de Oliveira Neto	2.672,16	156,66	2.515,50

Sabael Magalhães da Silva

REPRESENTANTE DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA NO CONSELHO DO MÉRITO AGRÍCOLA

Tendo deixado a representação da Associação Brasileira de Imprensa no Conselho da Medalha do Mérito Agrícola da Confederação Rural Brasileira, o Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura, resolveu a Diretoria desta entidade reconduzir aquele antigo colaborador ao referido Conselho, na qualidade de seu delegado.

Em o ofício dirigido a 6 de novembro pela Sociedade Nacional de Agricultura ao Sr. Iris Meinberg, Presidente da Confederação Rural Brasileira e do citado Conselho.

"Venho comunicar a V. Excia. que, na Sessão da Diretoria de 3 de outubro de 1962, foi o Sr. Luiz Marques Poliano, Secretário Geral desta Sociedade, designado, por proposta do Dr. Edgard Teixeira Leite, para representante da entidade no Conselho da Medalha do Mérito Agrícola".

(Conclusão da pág. 41)

IV — do artigo 7.º, tendo em vista as fontes de receita de cada um.

XI — O Ministro da Agricultura encaminhará ao Tribunal de Contas, até o dia 30 de abril de cada ano, o balanço dos recursos do Fundo Federal Agropecuario e a documentação re-

lativa às despesas efetuadas no exercício anterior.

XII — Para maior eficiência dos trabalhos a serem realizados, de acordo com a presente lei, poderá ser organizado, d go, reorganizado o Ministério da Agricultura, no todo ou em parte, extinguindo, criando ou unindo órgãos e transferindo

atribuições de uns e outros.

Art. 8.º A lei decretada, nos termos de presente delegação, fixará a sua vigência e revogará as disposições em contrário.

Art. 9.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de setembro de 1962
— Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal.

AGRICULTORES AVICULTORES E CRIADORES

ingressem em suas COOPERATIVAS de
classe para defender seus interesses

Os efeitos benéficos do COOPERATIVISMO já são evidentes
e mais se acentuam graças à campanha de esclarecimento
e divulgação que o ACÓRDO CR-UCOEG vem efetuando
na zona rural

Associativismo e Cooperativismo

BIBLIOGRAFIA

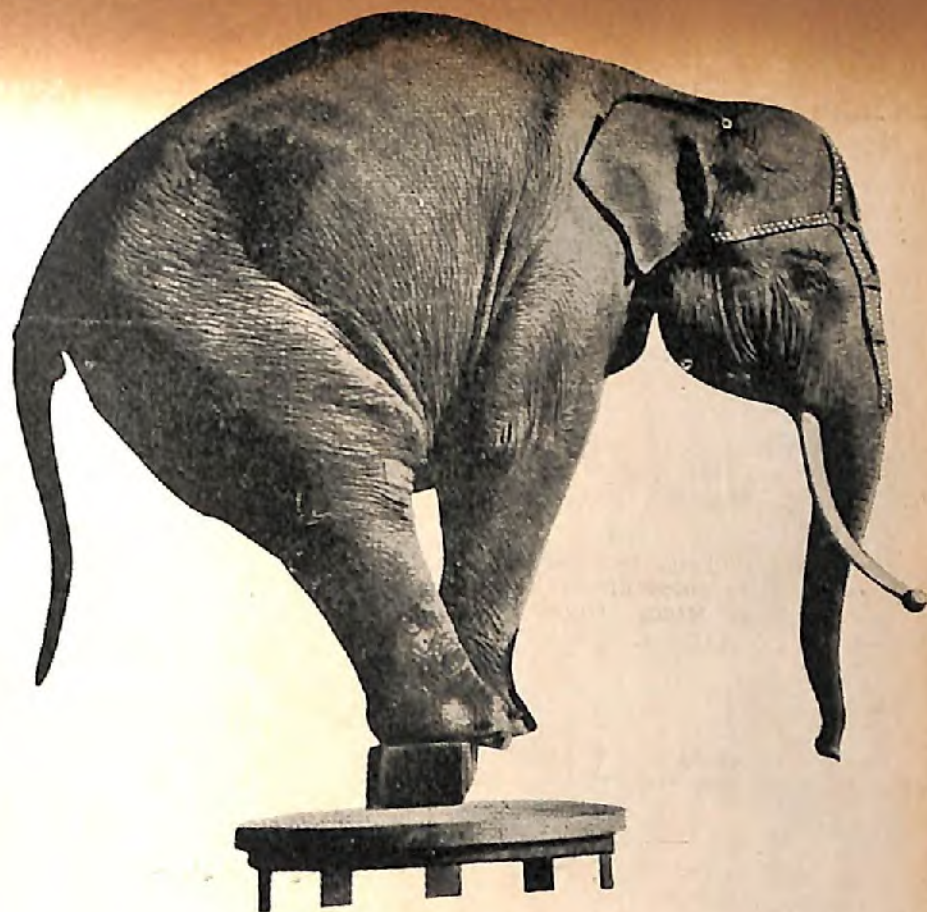
- 1 — ALMEIDA Miguel Calmon du Pin e — *As cooperativas de crédito*. Rio de Janeiro, Typ. São Benedito, 1929. 16 p.
- 2 — AMARAL, Luiz — *O cooperativismo no mundo, no Brasil e em São Paulo*. São Paulo, Liv. ed. Odeon, 1934. 209 p.
- 3 — — *Organização; tratado brasileiro de cooperativismo*. São Paulo, Rev. Tribunaes, 1938. 501 p.
- 4 — ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL, Rio de Janeiro — *Manual dos clubes 4* — S. Rio de Janeiro /A.B.C.A.R./ 1959. 55 p.
- 5 — ASSOCIAÇÃO RURAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA — *Relatório referente ao biênio 1952/1954... /s.n.t./* 10 p.
- 6 — BAHIA. Departamento de assistência ao cooperativismo. Seção de propagação e divulgação — *Organização cooperativa da citricultura bahiana...* Salvador, Tip. naval, 1941. 83 p.
- 7 — BARBOSA, M — *Cooperativismo desde a escola; doutrina, fatos, legislação*. Rio de Janeiro, Coeditora brasileira, 1943. 248 p.
- 8 — BARROS, Mário da Fonseca Fernandes de — *Idéias práticas para a organização legal das sociedades cooperativas*. Rio de Janeiro, M. da Agricultura, Serv. de documentação, 1945. 70 p.
- 9 — BARROS, Paulo D. M. MONTEIRO de — *Cooperativismo escolar*, Conferência pronunciada no Instituto de educação de Florianópolis, em 5 de abril de 1941 /Florianópolis, Imp. oficial, 1941/ 16 p.
- 10 — BARROSO, Domingos Braga — *O problema cooperativista*. Fortaleza, Tip. Minerva /1936/ 187 p.
- 11 — BARTHOLOMEU, Luiz — *O cooperativismo no abastecimento do Distrito Federal*. Rio de Janeiro, Imp. nacional, 1925. 60 p.
- 12 — BERGENGREN, Roy F — *Crédito cooperativo*. Rio de Janeiro, Typ. do Serv. do M. da agricultura, 1929. 12 p.
- 13 — BEZERRA, Andrade — *Manual das cooperativas de consumo*. Rio de Janeiro, Imp. nacional, 1921. 68 p.
- 14 — BOLOGNA, Italo — *SENAI-INIC, projetos de cooperação*. Rio de Janeiro, SENAI, Serv. de div. e documentação, 1955. 16 p.
- 15 — BRASIL. Leis, decretos, etc. — *Legislação cooperativista*. Rio de Janeiro, Sec. de agr., ind. e com. Div. de indústria, comércio e organização da produção, 1942. 111 p.
- 16 — — Rio de Janeiro, Serv. de economia rural, 1953. 67 p.
- 17 — — Rio de Janeiro, Serv. de inf. agrícola, 1958. 83 p.
- 18 — Lei das cooperativas. Rio de Janeiro, Diretoria de Estatística da Produção. Seção de Publicidade, 1938. 39 p.
- 19 — — Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1941. 48 p.
- 20 — — Rio de Janeiro, Serv. de Inf. Agrícola, 1944. 43 p.
- 21 — BRASIL. Ministério da Agricultura — *Instruções para funcionamento da Caixa de crédito aos pescadores e armadores de pesca*. Rio de Janeiro, Dir. de estatística da produção. Seção de publicidade, 1938. 11 p.
- 22 — BRASIL. Serviço de Economia Rural — *Caixas Raiffeisen*. Rio de Janeiro, Serv. de inf. agrícola, 1941. 23 p.
- 23 — *Conclusões da I Reunião de consultas às cooperativas*. Rio de Janeiro, Serv. econ. rural, 1952. 108 p.
- 24 — *Contabilidade nas sociedades cooperativas*. 3. ed. Rio de Janeiro, Serv. econ. rural, 1953. 25 p.
- 25 — 4. ed. Rio de Janeiro, Serv. gráfico do I.B.G.E., 1959. 25 p.
- 26 — *Cooperativismo escolar (princípios, estatutos e contabilidade)* 2. ed. /Rio de Janeiro/ M. da agricultura, 1949. 64 p.
- 27 — *O cooperativismo no Brasil; trabalho organizado pela Seção de registro e fiscalização das sociedades cooperativas*. Rio de Janeiro, Serv. re inf. agrícola, 1942. 72 p.

- 28 — *Instruções para organização de sociedades cooperativas e contabilidade* /Rio de Janeiro/ Serv. econ. rural, 1948. 100 p.
- 29 — *Instruções para organização de sociedades cooperativas*. 3. ed. Rio de Janeiro, Serv. econ. rural, 1953. 144 p.
- 30 — 4. ed. ref. e ampl. Rio de Janeiro, Serv. econ. rural, 1953. 198 p.
- 31 — 5. ed. Rio de Janeiro, Serv. econ. rural, 1958. 199 p.
- 32 — *Primeira reunião dos chefes das agências do Serviço de economia rural e dos diretores dos órgãos executores dos acordos relativos ao cooperativismo e à classificação dos produtos agropecuários*. 61 p.
- 33 — *Regimentos internos para cooperativas*. 2. ed. aum. Rio de Janeiro, Serv. econ. rural, 1956. 282 p.
- 34 — *Relação das cooperativas registradas até 30 junho de 1946*. Organizada pela Seção de registro e fiscalização das sociedades cooperativas /Rio de Janeiro/ Serv. econ. rural, 1949. 140 p.
- 35 — *Relação das cooperativas registradas de 1 de julho de 1947 a 30 de junho de 1951*; organizada pela seção de registro e fiscalização das sociedades cooperativas /Rio de Janeiro/ Serv. econ. rural, 1952. 51 p.
- 36 — Seção de pesquisas econômicas e sociais — *Organização da vida rural, legislação e modelos* /Rio de Janeiro/ Seção de pesquisas econômicas e sociais, 1947. 32 p.
- 37 — BRASIL. Serviço de inspeção e fomento agrícolas — *O cooperativismo e a actuação da Diretoria do Serviço de Inspeção e fomento agrícolas*. Rio de Janeiro, Typ. do M. da agricultura, 1932. 134 p.
- 38 — *Fórmulas de estatutos de uma cooperativa de trabalho adoptados pelo Serviço de inspeção e fomento agrícolas*. Rio de Janeiro, Typ. São Benedicto, 1931. 9 p.
- 39 — BRITTO, José Saturnino de — *O capital colectivo e as primeiras cooperativas proletárias* /s.n.t./ 60 p.
- 40 — *A cooperação depois da guerra* — Respostas à insólita campanha contra o voto singular nas Sociedades cooperativas /Rio de Janeiro, Typ. São Benedicto, 1930. 89 p.
- 41 — *A cooperação é um estado*. Rio de Janeiro /s.e./ 1925. 180 p.
- 42 — *Cooperação evolutiva*. Rio de Janeiro, Tip. Cidade do Rio, 1937. 33 p.
- 43 — *Cruzada da cooperação integral*; produção, consumo e crédito nas cidades, nos campos, crédito gratuito agrícola... Rio de Janeiro, Benedicto de Souza, 1928. 198 p.
- 44 — *Da cooperação proletária à capitalista*... Rio de Janeiro/ Benedicto de Souza, 1928. 20 p.
- 45 — *O domínio universal da cooperação*; evolução do agente da ajuda mútua. Comunismo santo... /São Paulo/ Rev. dos tribunais, 1926. 97 p.
- 46 — *Evolução do cooperativismo*... Rio de Janeiro, Casa Mandarin, 1936. 272 p.
- 47 — *Reforme-se a lei das cooperativas* (Em torno do projecto da lei orgânica das cooperativas) Rio de Janeiro/ Typ. São Benedicto, 1931. 40 p.
- 48 — CAMARA, Antônio de Arruda — *Cooperativismo e organização rural*. Rio de Janeiro, Pap. Mendes, 1940. 40 p.
- 49 — CAMPOS, Waldemar Loureiro — *Contabilidade de cooperativas*... Curitiba, Secr. agr., ind. e comércio, 1943. 63 p.
- 50 — CAVINA, Romolo — *Cooperativismo*... Rio de Janeiro, Serv. de inf. agrícola, 1949. 15 p.
- 51 — *Cooperativismo e abastecimento*; tese para concurso à 14a. cadeira — agricultura aplicada à economia rural. Niterói, Escola fluminense de medicina veterinária, 1958. 48 p.
- 52 — CESARINO, Hilario — *Contabilidade cooperativista*... Rio de Janeiro, Diretoria de estatística da produção. Seção de publicidade, 1938. 35 p.
- 53 — CONGRESSO DE CRÉDITO COOPERATIVO, 1. Recife, 1928 — *Anaes do 1.º Congresso de crédito cooperativo*. Recife, Imp. official, 1928. 114 p.

- 54 — ENEAS, Almeida Fontes — *O Conclap e os problemas brasileiros*; discurso pronunciado pelo Sr. Eneas Almeida Fontes, ao assumir a presidência do Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP) /Rio de Janeiro /s.e./ 1960. 27 p.
- 55 — GLEBA — *agricultura e associativismo rural*; Ceará. /Rio de Janeiro/ Confederação rural brasileira, 1961. 31 p.
- 56 — — ; Maranhão /Rio de Janeiro/ Confederação rural brasileira, 1961. 31 p.
- 57 — GOUVEIA, Guilherme Teles — *O associativismo rural no Ceará e suas realizações...* Fortaleza /s.e./ 1953. 8 p.
- 58 — GREDILHA, Adolpho — *Doutrina e prática do cooperativismo...* Porto Alegre, Cooperativa central União Sul Brasileira, 1945. 298 p.
- 59 — HEHL, Breno Ferreira & MENDES, Maria Tereza Teixeira — *Como fundar cooperativas...* Rio de Janeiro /Ed. e gráf. Guarany Ltda/ 1956. 22 p.
- 60 — A HISTÓRIA da cooperativa agrícola de Cotia /s.l., s.e./ 1957. 36 p.
- 61 — HUTCHINSON, Carl R — *A discussão em grupo como método de educação cooperativa*. Washington, Dep. de cooperação agrícola, 1937. 11 p.
- 62 — IGLESIAS, Francisco de Assis — *Serviço cultura e cooperativismo*; palestra realizada no Rotary Club de Campinas... Campinas /s.e./ 1936. 8 p.
- 63 — LABORIAN, Luiz Gouvêa — *O Brasil precisa de cooperativas escolares...* Rio de Janeiro, Serv. de inf. agrícola, 1944. 52 p.
- 64 — LAVIGNE, Eusíbio — *A unidade da lavoura, pelo cooperativismo*; as cooperativas semi-estatais e o Instituto de cacau... Bahia, Imp. oficial, 1948. 436 p.
- 65 — LIMA Jorge Pinto — *Clubes agrícolas*. 2. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro, Serv. de inf. agrícola, 1949. 75 p.
- 66 — LUZ, Fábio Furtado — *Bancos populares e crédito agrícola*; sociedades cooperativas. 2. ed. ref. e ampl. Rio de Janeiro, Tip. São Benedito, 1930. 255 p.
- 67 — LUZ, Fábio Furtado — *Cooperativas agrícolas...* Rio de Janeiro, Tip. do M. da agricultura, 1932. 39 p.
- 68 — — *Cooperativas escolares...* Rio de Janeiro, Civ. brasileira, 1963. 166 p.
- 69 — — ; outros temas cooperativos. 3. ed. Rio de Janeiro, Coelho Branco, 1949. 227 p.
- 70 — — 4. ed. ref. e atualizada... Rio de Janeiro, Serv. econ. rural, 1955. 260 p.
- 71 — — 5. ed. aum. e atualizada. Rio de Janeiro, Serviço econ. rural, 1960. 405 p.
- 72 — — *Cooperativismo, colonização, crédito agrícola...* Rio de Janeiro, Serv. econ. rural, 1952. 320 p.
- 73 — — *Cooperativismo, corporativismo, colonização*. 2. ed. refundida e ampl. Rio de Janeiro, Coelho Branco, 1938. 183 p.
- 74 — — *O cooperativismo; suas origens, seus precursores, sua doutrina, sua prática*. Rio de Janeiro, Athena editora, 1935. 135 p.
- 75 — — *O cooperativismo no Brasil e sua evolução...* Rio de Janeiro, Coelho Branco, 1939. 295 p.
- 76 — — *O Direito cooperativo...* Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti ed., 1962. 258 p.
- 77 — — *Sinopse do movimento cooperativo brasileiro*. Rio de Janeiro, Serv. de inf. agrícola, 1960. 70 p.
- 78 — — *Sociedades cooperativas*. 2. ed. São Paulo, Gráfico-editora Unitas limitada /1930/ 6 p.
- 79 — *Temas cooperativos*. Rio de Janeiro, Centro nacional de estudos cooperativos, 1950. 124 p.

- 80 — — *Teoria e prática das Sociedades cooperativas*. 3. ed. aum. e atual. Rio de Janeiro, Graf. Olímpica, 1946. 663 p.
- 81 — — *O verdadeiro e o falso cooperativismo... these...* Rio de Janeiro, Typ. São Benedicto, 1931. 70 p.
- 82 — MELO, Plácido de — *O evangelho em ação social (caixas rurais)*... Rio de Janeiro, Imp. nacional, 1944. 93 p.
- 83 — MINAS GERAIS. Leis, decretos, etc. — *Regulamento das cooperativas agrícolas do Estado de Minas Gerais*. Bello Horizonte, Imp. oficial, 1908. 10 p.
- 84 — MOURA Euclides — *Sindicatos agrícolas e caixas rurais; artigos publicados no jornal "A Federação..."* Porto Alegre, Off. Typ. d'A Federação, 1905. 72 p.
- 85 — MOURA, Valdiki — *ABC da cooperação, uma iniciação doutrinária e prática*. 2. ed. Rio de Janeiro, Serv. de inf. agrícola, 1961. 115 p.
- 86 — — — — — *Dez*
Holanda, Bélgica, Suíça, Itália, França, faces do Mundo (Suécia, Dinamarca, Inglaterra, Espanha e Portugal). Uma visão da terra e da gente; aspecto do movimento cooperativismo. Rio de Janeiro, Casa do estudante do Brasil /s.d./ 600 p.
- 87 — — — — — *Notícia do cooperativismo brasileiro*. São Paulo, Inst. Progresso Editorial s. a. /s.d./ 60 p.
- 88 — — — — — *Pesquisas e estudos de cooperativismo prático*. Rio de Janeiro, Serv. de inf. agrícola, 1930. 95 p.
- 89 — OZÓRIO, Joaquim Luiz — *Da necessidade da fundação de Associações agrícolas e pastorais no Brasil*. Conferência realizada... Bello Horizonte, Imp. oficial, 1916. 44 p.
- 90 — PATERNO, Stefano — *O cooperativismo no Brasil, o programa da Sociedade Nacional de Agricultura do Rio de Janeiro*; Conferência pública do dr. Stefano Paternó, realizada na sede da Sociedade dos empregados do commercio, em 1 de julho de 1911. Rio de Janeiro, Typ. Cruzeiro, 1911. 32 p.
- 91 — PLACER, Xavier — *Redação oficial para o clube agrícola*. 2. ed. Rio de Janeiro, Serv. de inf. agrícola, 1955. 33 p.
- 92 — PORTO, Hannibal — *Cooperação e produção...* Rio de Janeiro, Sociedade Nacional de Agricultura, 1923. 92 p.
- 93 — REUNIAO DE CONSULTAS AS COOPERATIVAS, 2. Recife, 1954. — *II Reunião de consulta às cooperativas*. Conclusões aprovadas. Rio de Janeiro, Serv. econ. rural, 1954. 174 p.
- 94 — REZENDE, Arthur — *As cooperativas agrícolas em Minas Gerais e a reversão da sobretaxa...* Rio de Janeiro, Typ. do "Jornal do commercio", 1908.
- 95 — SÃO PAULO (ESTADO) Secretaria dos negócios da agricultura, indústria e comércio — Departamento de assistência ao cooperativismo... São Paulo, /Typ. Garroux/ 1934. 33 p.
- 96 — SOARES, José Júlio — *Ideias cooperativistas...* Bello Horizonte, Typ. Beltrao, 1914. 202 p.
- 97 — — — — — *Sociedades cooperativas: teoria e prática...* Rio de Janeiro, Liv. ed. Leite Ribeiro, 1929. 365 p.
- 98 — SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, Rio de Janeiro — *Sociedades agrícolas do Brasil em 1908...* Rio de Janeiro, Rev. dos tribunais, 1909. 68 p.
- 99 — TORRES, João Batista de Vasconcelos — *Uma face do problema agrário fluminense* /s.l., s.c./ 1951. 182 p.
- 100 — VIANNA, Renato Segadas — *O sindicato no Brasil* /Rio de Janeiro, Graf. Olímpica/ 1953. 224 p.
- 101 — WALL, Norman J. — *Crédito federal para sociedades cooperativas nos Estados Unidos...* Washington, Dep. de cooperação agrícola, 1937. 37 p.
- 102 — WELDEN, William C. — *Associações cooperativas de leite*. Washington, Dep. de cooperação agrícola, 1940. 35 p.

Além da presente bibliografia com 102 referências bibliográficas, a biblioteca desta Sociedade também possui, em seu acervo, um número considerável de estatutos de Sociedades agrícolas.



O elefante nunca esquece...

Não esqueça também que a garantia de sua obra depende em grande parte da qualidade dos materiais empregados. Usando o cimento Portland "MAUÁ" terá assegurado o máximo de segurança e durabilidade.



COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND
RIO DE JANEIRO



Em plena seca nordestina (novembro), alimentando-se apenas de cactus nativo na região dos Cariris Velhos, na Paraíba, como xique-xique, palmatória, faxeiro e cardeiro ou mandacurú assados através de lança-chamas "Dobbins", este belo touro Guzerá mostra que sua raça é mesmo a mais indicada para as ecologias difíceis. Notar o excelente aspecto, o ótimo estado de nutrição nas condições mais adversas.

Dê à sua VACA o TOURO com que ela sempre sonhou... ISTO É: TOUROS GUZERÁ

QUE SIGNIFICAM BEZERROS MAIS FORTES

NOVILHAS MAIS LEITEIRAS

ALTA TAXA DE GORDURA NO LEITE,

... E RUSTICIDADE INSUPERÁVEL!

"No Guzerá, a homogeneidade entre os indivíduos salta logo à primeira vista. Este zebuino, junto com a espécie bubalina, é o único que sobrevive ao meio ambiente do deserto de Kutch e adjacências, onde as condições de clima são extremamente adversas, onde a água é retirada em poços e a insolação intensa". (João Garcia Cid, Sirel Agrícola, maio de 1962, relatando viagem à Índia este ano)

"El ganado Kankrej és uno de los más pesados de la India. Es también bastante buen productor de leche. Esta raza se emplea para mejorar el ganado de la India". (El Ganado Cebu de la India y del Pakistan. FAO, pags. 30, 31 e 34).

ENTRE EM ÓRBITA TAMBÉM CRIANDO GUZERÁ!

ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE GUZERÁ DO BRASIL

Av. Churchill, 94 — S/1.110 — Fone: 52-5529

Rio de Janeiro, GB